



## **Urbanização de favelas: a experiência do PAC**







# Urbanização de favelas: a experiência do PAC

Brasil - 2010





© Copyright 2010, Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação  
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Os conceitos e opiniões emitidas em trabalhos assinados  
são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou  
no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a  
fonte e sem fins comerciais.

[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação

Urbanização de Favelas: a experiência do PAC – Ministério das Cida-  
des, Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2010.

88 p.

1. Habitação - Brasil. 2. Política Habitacional – Brasil. 3. Política Urbana  
Brasil. I. Título.





**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro de Estado das Cidades**

Marcio Fortes de Almeida

**Secretária Nacional de Habitação**

Inês Magalhães

**Diretora de Urbanização de Assentamentos Precários**

Mirna Quinderé Belmino Chaves

**Diretora de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica**

Júnia Santa Rosa

**Diretora de Produção Habitacional em exercício**

Marta Garske

**Créditos da Publicação****Coordenação-Geral**

Mirna Quinderé Belmino Chaves e Alessandra d'Ávila Vieira

**Projeto Gráfico**

Kaco - Gráfica & Editora

**Diagramação e Arte Final**

Rodrigo Souza

**Revisão editorial**

Alessandra d'Ávila Vieira, Andréa dos Santos Moitinho, Angélica Amélia Soares Faddoul, Caio Manoel de Oliveira Fabiano, Cid Blanco Júnior, José de Araújo Silva, Consuelo Franco Marra, Gabriela Pereira Albuquerque, Maria do Carmo Avesani, Mirna Quinderé Belmino Chaves, Rodrigo Dalvi Santana, Tatiane Leonel de Almeida Silves e Yuri Holanda Cruz.

**Fotos**

As imagens das obras foram cedidas pelos executores - Prefeituras, Governos de Estado e DF

## **DEPARTAMENTO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS/ SNH**

### **Diretora**

Mirna Quinderé Belmino Chaves

### **Gerentes**

Ambrosino de Serpa Coutinho, Antonio Pereira de Melo e Maria do Carmo Avesani.

### **Equipe Técnica**

Alessandra D'avila Vieira, Alexandre de Sousa Fontenelle, André Peixoto San Martin, Andréa dos Santos Moitinho, Andréa Ramy Mansur, Angélia Amélia Soares Faddoul, Antonio Rafael Leite da Silva, Antônio Vladimir Moura Lima, Caio Cícero Madrid Magalhães, Caio Manoel de Oliveira Fabiano, Claudia Lucia Soares de Oliveira, Consuelo Franco Marra, Elzira Marques Leão, Eugenio Figueiredo de Albuquerque, Fabiano Meirelles Belém, Felix Roberto Perez Soares, Fernanda Scalzavara, Flavia Ribeiro Cavalcanti, Gabriela Pereira Albuquerque, Geraldo Garcia, Giordano Bruno Zani, Helio Alves da Paz, Hermann Duarte Castelo Branco Diniz, Joel Herbert Prado Tapia, José de Araújo Silva, Kátia de Oliveira, Li Chong Lee Bacelar de Castro, Limber Ocampo, Marcio Batista Ferreira Martins, Marcos Furiati, Maria Ester Lemos de Andrade, Maria Natercia Negromonte Vasconcelos, Maria Sueli Raiol Alencar, Rafael Rubim Magro, Raimundo Gonzaga Moura dos Santos, Ricardo Fiuza Lima, Roberta Pereira da Silva, Rodrigo Dalvi Santana, Rui Pires da Silva, Tatiane Leonel de Almeida Silvas, Waldivino João Pereira Junior e Yuri Holanda Cruz

### **Apoio Administrativo**

Iris Gouvêa Marques, Jonas Farias Conceição, Karla Souza Abdel Hamid e Lucilene Silva.

## **GERÊNCIA FINANCEIRA/ SNH**

### **Gerente**

Marcos Chagas Gomes

### **Equipe técnica**

Adilon Sírío Silva Moreira, Adriana de Sousa Regis, Cássia Aparecida Viana, Denise Estela Rezende Oliveira, Edson Guimarães Passos, Elane Fonseca de Oliveira, Fábio Hiroyuki Tanno, Gustavo Assumpção Ribeiro, Júlio César Buani dos Santos, Leandro Lombardi, Maria Lucia Coelho Wanderley, Paulo César Guedes, Raphael de Sousa Brandão e Rosanilde Fernandes Lira.

### **Apoio Administrativo**

Elayne Ramalho Sousa, Gabriela Caixeta Lins, Jaqueline Malta Castro.

## **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO TÉCNICA/ SNSA**

### **Diretor**

Manoel Renato Machado Filho

### **Gerente**

César Eduardo Scherer

### **Equipe técnica**

Giselle Chalub Martins, Rafael Morgado Soares Braga, Ronald Teixeira Garcia.

### **Apoio Administrativo**

Marta Silva Brasil e Fátima Soares de Lima.







# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	8
<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS</b>	10
<b>CONCEITO DAS INTERVENÇÕES</b>	12
Integração urbana	13
Moradia digna	14
Regularidade fundiária	16
Inclusão social	18
Componente ambiental	20
<b>TERRITORIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	22
Critérios de prioridade para seleção de áreas de intervenção	23
<b>PRINCIPAIS ATORES</b>	26
Impulso do PAC na reestruturação do setor habitacional	27
<b>IMPLEMENTAÇÃO</b>	28
Processo de seleção e contratação dos projetos	29
Monitoramento da execução	30
<b>INVESTIMENTOS</b>	32
<b>TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES</b>	34
<b>ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EM CURSO</b>	36
Obras de grande porte, envolvendo eliminação de risco e deficiências de infraestrutura urbana	38
Obras com articulação e integração no território	62
Obras para recuperação de áreas ambientalmente degradadas	65
Obras de apoio a expansão de infraestrutura logística do país	76
Obras em patrimônio da União	79
Complementação de obras já iniciadas	81

# APRESENTAÇÃO

Os assentamentos precários são uma das manifestações mais evidentes da grande desigualdade social existente no país.

Por isso, a construção de uma política habitacional com foco na urbanização de assentamentos precários, especialmente na garantia do acesso ao saneamento ambiental, à regularização fundiária, à moradia adequada e à inclusão social foi uma das principais missões do Ministério das Cidades a partir da sua criação em 2003.

Com a aprovação em 2005 do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS/FNHIS, foi possível dar o primeiro passo no enfrentamento do problema com recursos de maior monta. Em 2006, o FNHIS recebeu R\$ 1 bilhão para iniciar a sua operação, do qual foi alocada a maior parte para implementação de projetos de urbanização de assentamentos precários, representando a prioridade conferida pelo Governo Federal.

Já em 2007, com a inclusão do tema em um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a urbanização de assentamentos precários ganha nova projeção, garantindo um ciclo de investimentos no setor pelos próximos 4 anos.

Como resultado maior, espera-se consolidar uma nova perspectiva de políticas públicas de urbanização dos assentamentos precários, reforçando o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna, especialmente da população de baixa renda.

**Março 2010.**

**Marcio Fortes de Almeida**  
Ministro de Estado das Cidades

# INTRODUÇÃO

Historicamente, o excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, somado à baixa capacidade de pagamento das famílias e à falta de alternativas habitacionais acessíveis no mercado formal ou à insuficiência das políticas habitacionais para as famílias de mais baixa renda, são fatores que têm levado um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários e informais.

Tais assentamentos, em geral, foram produzidos de maneira informal, por meio da autoconstrução de moradias, em áreas ocupadas de forma desordenada, muitas vezes sujeitas risco de erosão, desmoronamentos, alagamentos ou enchentes e, notadamente, caracterizando-se pela precariedade habitacional e urbana.

Embora esse fenômeno não seja novo, durante muito tempo o poder público não enfrentou essa questão por meio de políticas públicas que garantissem o direito à moradia às famílias em favelas e outros tipos de assentamentos precários. É a partir da década de 1980 que se destacam algumas experiências, sobretudo municipais, de programas e iniciativas de urbanização de favelas.

Nos dias de hoje, os assentamentos precários não se colocam mais como exceção em nossas cidades, dado o enorme percentual de moradias precárias que não atendem a um padrão mínimo de habitabilidade, comprometendo tanto a qualidade de vida dos que ali vivem, como também a qualidade urbana e ambiental do conjunto das grandes cidades.

No âmbito do Governo Federal, em 2007, foi anunciado o Plano de Aceleração do Crescimento 2007 – 2010 (PAC), e a criação do eixo da Infraestrutura Social e Urbana, contando com expressivos investimentos destinados à execução de ações integradas em habitação, saneamento e inclusão social. A partir de então, passou a ser possível vislumbrar o tratamento adequado de favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do país.

O desafio estava lançado: executar uma política nacional de urbanização de favelas, fortalecendo-se a articulação federativa – com a participação fundamental dos estados e municípios – e o trabalho social nas áreas de intervenção, buscando-se resolver o problema da habitação em assentamentos precários de forma integrada e com qualidade.

Essa publicação traz um registro das intervenções de urbanização de favelas em execução com recursos do PAC. Com esse registro, espera-se disseminar a metodologia de intervenção adotada pelo Governo Brasileiro, que vem contribuindo para a consolidação da urbanização de favelas como uma política de Estado, fundamental para o enfrentamento do problema habitacional existente em nossas cidades.

**Inês Magalhães**  
Secretária Nacional de Habitação



# ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
MANAUS/AM





A precariedade da moradia popular tem alta visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira, ocupa os espaços das cidades e da mídia, não existindo, contudo, informações precisas quanto a sua quantificação, caracterização ou localização.

Essa precariedade caracteriza-se por vários aspectos: pela irregularidade fundiária e/ou urbanística; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde.

A esse conjunto de carências soma-se um conjunto de questões sociais que configuram, muitas vezes, situações de extrema vulnerabilidade, também sujeitas, e de forma cada vez mais significativa, ao domínio pela violência.

Procurando aprofundar-se no conhecimento das favelas do país, o Ministério das Cidades encomendou ao Centro de Estudo das Metrópoles do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEM/CEBRAP – um estudo para melhor quantificar, caracterizar e localizar o problema.

A partir disso, foi possível obter um conjunto de informações gerais, não apenas organizadas em nível nacional, mas também de forma desagregada, a fim de servir de base para o processo decisório de alocação dos recursos. As informações dizem respeito à quantificação e localização dos moradores e domicílios, além de indicadores que permitem comparar os aspectos sociais das populações que habitam as várias situações existentes.

O estudo se apóia nas informações dos setores subnormais, identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e constrói, utilizando técnicas quantitativas, uma representação da presença dos setores precários que permite delimitar outros setores como similares aos classificados na condição de subnormal.

Este insumo indica os municípios que concentram mais de 90% do fenômeno de domicílios precários no Brasil, por isso foi utilizada como parâmetro para alocação de recursos do PAC Habitação e será, ainda, instrumento para aperfeiçoamento do próximo censo.

# CONCEITO DAS INTERVENÇÕES







A melhoria das condições de habitabilidade das famílias moradoras de assentamentos precários não pode ser vista como uma questão setorial, mas como um componente que interage fortemente com os demais condicionantes do desenvolvimento urbano, social e ambiental.

Uma habitação digna compreende, além da edificação propriamente dita, a qualidade ambiental do meio e a inserção e integração com a cidade através da disponibilidade de infraestrutura urbana e de acessibilidade ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos.

Assim, os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no PAC contemplaram ações, obras e serviços visando proporcionar a superação das condições de precariedade dos assentamentos escolhidos, incorporando-os à cidade formal, com **abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental**.

### Integração urbana

As intervenções urbanas nos assentamentos precários abrangem o conjunto de ações suficientes para fazer frente a todas as carências diagnosticadas na área de intervenção e necessárias à elevação dos patamares de qualidade urbanística.

Desse modo, os projetos devem prever a implantação de infraestrutura básica - incluindo rede elétrica, iluminação pública, sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, condições adequadas de coleta de lixo -, contenção e estabilização do solo para eliminação de riscos, construção de equipamentos públicos, além da adequação do sistema viário e do parcelamento da área. As adequações no parcelamento e sistema viário são feitas de forma a possibilitar acesso a serviços públicos e atendimentos emergenciais, melhorando as relações funcionais da área de intervenção com o tecido urbano no qual ela se insere.

## Moradia digna

Uma vez que os assentamentos precários foram produzidos, na sua maioria, por auto-promoção da própria população, que dispôs as moradias de forma desordenada, contando com elevados níveis de densidade populacional, inúmeras são as situações em que se faz imprescindível promover o desadensamento e o reordenamento da ocupação, implicando no remanejamento – reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da área que está sendo urbanizada – ou no reassentamento de famílias para outras áreas, alterando seu local atual de moradia.

O remanejamento/reassentamento de uma população não pode ser considerado isoladamente, como um mero projeto de obras, uma vez que afeta não somente a vida das famílias envolvidas e a área objeto de intervenção, mas todo o entorno social e urbanístico. Portanto, devem ser estudadas todas as alternativas que minimizem

a necessidade destes, tornando-os admissíveis somente quando as mesmas estiverem expostas a riscos de incêndio, inundação, desabamento, deslizamento, tremores de terra, sob fios de alta tensão, próximas a áreas insalubres, em áreas de preservação ambiental ou em áreas imprescindíveis à regularização urbanística, para implantação de infraestrutura ou sistema viário, ou, ainda, em áreas não passíveis de regularização.

É necessário que as famílias a serem remanejadas/reassentadas participem de todo o processo de elaboração e aprovação da proposta e que as regras tenham sido pactuadas com os envolvidos.

O local de reassentamento deverá ser, sempre que possível, próximo à área original, em respeito aos laços de vizinhança e trabalho já estabelecidos. Deverá, ainda, ser servida de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, que atendam à demanda da comunidade reassentada.



FONTE: RODRIGO NUNES, 2010

CONJUNTO HABITACIONAL NO BAIRRO VARADOURO  
OLINDA/PE



COMPLEXO DO ALEMÃO  
RIO DE JANEIRO/RJ

Nos casos de remanejamento/reassentamento deve-se atentar para prováveis custos de compensação ou indenização às famílias afetadas ou para a necessidade de produzir unidades habitacionais de uso misto – residência e comércio – para que não haja diminuição das condições de sobrevivência das famílias. Alternativamente à produção de unidades habitacionais novas, uma solução que pode ser adotada é a aquisição de imóveis usados para recuperação ou modificação de uso.

Quanto às famílias que permanecem em sua moradia, poderão ser contempladas com recuperação ou melhorias habitacionais, vinculadas a razões de insalubridade e insegurança, inexistência do padrão mínimo de edificação e habitabilidade, definido pelas posturas municipais, ou inadequação do número de integrantes da família à quantidade de cômodos passíveis de serem

utilizados como dormitórios.

Dentre as melhorias habitacionais mais urgentes, encontra-se a construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares, que devem ser compostas por vaso sanitário, lavatório, chuveiro, tanque de lavar roupa e reservatório. As ligações intradomiciliares de abastecimento de água e de esgotamento sanitário devem estar sempre previstas nos investimentos de forma a assegurar sua execução.

As melhorias habitacionais são uma forma interessante de atuação por aproveitarem os investimentos já feitos pelas famílias em suas residências, portanto possibilitam uma condição adequada de moradia a menor custo para o poder público, possibilitando o aumento de sua escala de atuação. Além de respeitarem a configuração e transformações já feitas pelas famílias.



## Regularidade fundiária

A questão fundiária impacta as intervenções de duas maneiras e em dois momentos distintos. A primeira diz respeito à identificação e comprovação da titularidade da área objeto da intervenção para efeitos de viabilização do início das obras; e a segunda a como será garantida a posse ou propriedade dos lotes ou unidades habitacionais gerados a partir da intervenção aos beneficiários finais.

Sobre o primeiro aspecto, é importante lembrar que os assentamentos estão implantados, em sua maioria, em áreas de propriedade alheia pública ou privada, cuja identificação dos proprietários nos cartórios de registro de imóveis e a obtenção dos documentos comprobatórios dificilmente são tarefa simples.

Desse modo, como se trata de passo obrigatório para o início da execução das intervenções, vários foram os mecanismos encontrados para viabilizar a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade



do imóvel, alternativamente à certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis.

Nesse sentido, por interesse público ou social, passou a ser admissível, por exemplo, iniciar intervenções em: (i) áreas cujo processo de desapropriação encabeçado por entes públicos ainda se encontrasse com registro da titularidade do imóvel em trâmite; (ii) áreas devolutas; (iii)

áreas recebidas em doação por entes públicos, pessoas físicas ou jurídicas, nesse caso, com apresentação de promessa formal de doação irretratável e irrevogável; (iv) áreas que, independentemente da sua dominialidade, estejam inseridas em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS; (v) áreas objeto de sentença favorável aos ocupantes, transitada em julgado, proferida em ação judicial

de usucapião ou concessão de uso especial para fins de moradia; entre outros.

Sobre o segundo aspecto, que diz respeito à regularização fundiária em favor das famílias moradoras do assentamento precário, é importante registrar a sua obrigatoriedade. O objetivo final da regularização é, nesse caso, fazer com que as unidades habitacionais ou lotes, decorrentes da intervenção, reflitam compromisso de constituição de direito real sobre o imóvel em favor das famílias beneficiadas, podendo ser utilizados, alternativamente à transferência de propriedade, os seguintes instrumentos:

- Cessão de Uso;
- Concessão de Direito Real de Uso;
- Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia;
- Usucapião Especial Urbano;
- Aforamento;
- Direito de Superfície;
- Doação ou Alienação;
- Legitimação da Posse (inserido pelo advento da Lei Federal nº. 11.977/2009).

Importante registrar, ainda, que a regularização fundiária inclui duas dimensões importantes. A primeira é a regularização patrimonial, que diz respeito à segurança jurídica da propriedade ou da posse, concretizada por meio do título devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis (CRI).

A segunda dimensão é a regularização urbanística, ou seja, a adequação do assentamento à legislação urbana e ambiental que, em muitos casos, é condição para o registro da área do assentamento no CRI. A regularização urbanística poderá exigir a inclusão do assentamento em ZEIS, por lei municipal, sendo fundamental para a plena integração da área à cidade e para a manutenção, por parte do município, das obras de urbanização implantadas.

Nos projetos integrados de urbanização de assentamentos precários a regularização jurídico-fundiária das famílias que integram as comunidades beneficiadas é ação indispensável e deve ocorrer em paralelo à execução das obras habitacionais e de infraestrutura. Este processo passa a regularização urbanística dos territórios envolvidos

na intervenção, tanto das áreas que serão consolidadas, quanto daquelas que serão ocupadas por famílias retiradas de áreas de risco, de áreas necessárias à adequação do sistema viário ou de áreas a serem recuperadas e protegidas ambientalmente.

Devido à complexidade inerente às ações de regularização fundiária em assentamentos precários, os empreendimentos do PAC para esta componente dependem de uma organizada articulação com o trabalho social, com o ritmo das obras de engenharia e com os órgãos licenciadores envolvidos. Nesse sentido, é recomendável que a regularização fundiária ocorra com base em um plano específico no qual estejam organizadas, em um cronograma físico, todas as atividades jurídicas e administrativas necessárias.

O investimento em regularização fundiária é composto pelo custo do conjunto de atividades necessárias ao alcance desse objetivo, dentre as quais:

- a identificação da situação fundiária, por meio de pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis, ao Judiciário e demais entidades públicas;
- a elaboração ou atualização de levantamento topográfico, preferencialmente georreferenciado, bem como compra de fotos aéreas ou imagens de satélite, desde que não disponíveis no banco de imagens do Ministério das Cidades para doação;
- a elaboração de projetos voltados à regularização fundiária, envolvendo plantas, memorial descritivo da poligonal do assentamento e cadastro físico de lotes e domicílios;
- atividades de mobilização comunitária voltadas à regularização fundiária;
- a elaboração de cadastro socioeconômico dos beneficiários contendo as informações necessárias à instrução dos processos de regularização fundiária;
- a coleta de documentos pessoais dos moradores, necessários à instrução dos processos de regularização fundiária;
- medidas administrativas e legais necessárias para a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária tais como, desafetação, criação e regulamentação de ZEIS, regulamentação de outros instrumentos de re-

gularização fundiária, conforme o caso;

- a elaboração de títulos de posse ou de propriedade.

Um recente avanço para a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos encontra-se regulamentado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que, em seu Capítulo III, cria novos instrumentos, flexibiliza parâmetros de intervenção, estabelece procedimentos e competências, com o objetivo de conferir maior agilidade e efetividade aos processos de regularização, sobretudo nos quais esteja configurado o interesse social.

A lei estabelece dois tipos distintos de regularização fundiária urbana:

- regularização fundiária de interesse social, compreendendo assentamentos precários ocupados predominantemente por população de baixa renda, nos casos em que estejam preenchidos os requisitos para usucapião especial urbano ou concessão de uso especial para fins de moradia; de imóveis situados em ZEIS ou de áreas públicas declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social; e
- regularização fundiária de interesse específico, compreendendo os casos não enquadrados nos termos acima.

Com relação às competências dos entes federados, a Lei nº 11.977, de 2009, confere maior autonomia às prefeituras municipais, que podem disciplinar, em norma própria, os procedimentos para regularização fundiária em seus territórios, e, nos casos de regularização fundiária de interesse social, ser responsáveis pelo licenciamento urbanístico e ambiental, reunidos agora num mesmo ato, desde que possuam conselho de meio ambiente e órgão ambiental capacitado.

No aspecto ambiental, uma inovação fundamental foi a possibilidade de se admitir, por decisão motivada, a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente - APP, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, vinculada à comprovação em estudo técnico realizado por profissional legalmente habilitado de que a intervenção implica em melhoria da condição ambiental anteriormente existente. Ressalte-se que este dispositivo é válido, de maneira inédita, para qualquer modalidade de APP.

Por fim, destacam-se os novos instrumentos da demarcação urbanística e da legitimação de posse, que foram acrescidos e passaram a compor o rol de instrumentos da Lei nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade. Tratam ambos, de promover, por ato do Poder Público, o reconhecimento de situações de fato: dos assentamentos informais, por meio da lavratura de auto de demarcação urbanística correspondente ao perímetro da ocupação; e da posse da população moradora nas áreas objeto de intervenção, por meio da emissão de títulos de legitimação de posse, com vistas à aquisição de propriedade pelos beneficiários, transcorrido o prazo de cinco anos e demais requisitos legais.

Essencialmente, o que esses instrumentos propõem é a simplificação de procedimentos e a operacionalização da regularização fundiária pela via extrajudicial, com a participação, execução e responsabilidade compartilhada pelas comunidades, prefeituras municipais e cartórios de registros de imóveis, aos quais compete garantir a segurança jurídica do processo.

Com esse novo marco jurídico, o comprometimento e os esforços coordenados de todos os entes federados e demais atores envolvidos nos processos de regularização fundiária de interesse social, o Brasil reúne os elementos necessários para avançar definitivamente na melhoria integral e sustentável, sob os aspectos jurídico, social, urbanístico e ambiental, dos assentamentos informais urbanos, assegurando níveis adequados de habitabilidade e cidadania à população beneficiária de programas habitacionais.

## **Inclusão social**

O trabalho social realizado nas intervenções, assim como a regularização fundiária, também inclui duas dimensões. Por um lado, estabelecendo as mediações sociais necessárias para a viabilização das intervenções, por meio de mecanismos que assegurem a participação das famílias nas decisões de projeto e no acompanhamento das obras, contribuindo ao mesmo tempo para a organização da população beneficiada e formação de lideranças. Por outro lado, fomentando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, por meio de ações educativas



e de enfrentamento das vulnerabilidades diagnosticadas, bem como mediante a promoção e/ou articulação com programas de qualificação profissional, de apoio ao cooperativismo e de geração de trabalho e renda, a partir da análise das demandas e potencialidades locais.

A integração das intervenções físicas com o trabalho social e a efetivação da regularização fundiária são condições essenciais para a sustentabilidade das intervenções de urbanização dos assentamentos precários, compreendendo a conservação das infraestruturas e equipamentos implantados, a permanência das famílias nas áreas beneficiadas, e a inclusão de tais áreas nas rotinas de manutenção da cidade e de provisão dos serviços públicos.

Item obrigatório nos projetos habitacionais geridos pelo Ministério das Cidades, visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, por meio de ações de participação, mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda destinadas à população diretamente beneficiada. A execução do trabalho social deverá ter suas atividades iniciadas após a assinatura do contrato de repasse, estendendo-se após a conclusão das obras e serviços, por um período de seis a doze meses, com o objetivo de acompanhar as famílias e consolidar os trabalhos.

Ressalta-se que os casos de reassentamento, muito frequentes nos projetos de urbanização de assentamentos precários, requerem a análise do contexto social e urbanístico, bem como dos aspectos socioeconômicos e culturais que caracterizam as famílias envolvidas. Desse modo, o plano de reassentamento, construído sob a perspectiva do território, mostra-se fundamental para a minimização desses impactos, buscando o reconhecimento das diferenças e da identidade, além do empoderamento da população diante da nova realidade.

Outra ação importante atrelada ao trabalho social é o financiamento à construção de equipamentos comunitários, por meio da aquisição ou edificação de equipamentos públicos voltados ao atendimento das necessidades identificadas pela população beneficiada.

Tais equipamentos podem ser voltados a atender questões como, por exemplo, saúde, educação, segurança, desporto, lazer, comércio local, assistência social, convivência comunitária, atenção à infância, ao idoso, ao portador de deficiência e à mulher responsável pelo domicílio e geração de trabalho e renda das famílias beneficiadas, observando-se as carências do local e entorno e, principalmente, os equipamentos já existentes na vizinhança.



VILA ESPERANÇA  
CUBATÃO/SP



ASSEMBLÉIA DE MORADORES  
PORTO VELHO/RO



RECICLAGEM - SÃO PEDRO  
PORTO ALEGRE/RS

A articulação com outros programas do governo federal tem sido de relevante valor para o fomento do repertório oferecido aos executores. Desta maneira, os programas habitacionais dialogam com ações governamentais, tais como: os Telecentros de Inclusão Digital e o Programa Mais Cultura, que financia construção, requalificação e equipagem de espaços culturais multiuso.



COMPLEXO DESPORTIVO DA ROCINHA  
RIO DE JANEIRO/RJ

## Componente ambiental

Os projetos de urbanização de assentamentos precários inseridos no PAC seguem a diretriz de atendimento à população de baixa renda com habitações adequadas ao perfil da família e suas peculiaridades (idosos, deficientes e mulheres chefes de família) associadas à plena funcionalidade, ou seja, providas de saneamento básico – redes coletoras e de tratamento de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos e abastecimento de água – além de rede de energia elétrica, iluminação pública, equipamentos comunitários e tratamentos paisagísticos.

A mensuração do impacto positivo realizado por essa forma de atuação na área de habitação toma proporções de grande relevância para as cidades de uma forma geral, quando observados os resultados de mitigação de impactos ambientais, tomando como exemplo a destinação adequada de 60 milhões de metros cúbicos de esgotamento sanitário por ano, deixados de serem jogados in natura em cursos hídricos.

Outra diretriz seguida pelos projetos refere-se à necessidade de realocação das famílias que vivem em zonas de risco ou áreas ambientalmente frágeis e protegidas. Nesses casos, a realocação é feita, preferencialmente, em lotes próximos, para que se mantenham as relações afetivas e sociais, além dos vínculos laborais. Grande parte dos projetos atualmente em execução contempla famílias que residem em áreas com alto risco: alto declive (morros e encostas), áreas sujeitas a alagamentos e inundações por serem próximas a cursos hídricos e ao mar, dentre outros.

Visando evitar novas ocupações nas áreas de onde as famílias são retiradas, a diretriz é que estas sejam recuperadas com destinação adequada ao perfil topográfico natural e às características urbana e social da localidade. Para tanto, são financiadas ações de recuperação de áreas degradadas, quais sejam: contenção ou recuperação de encostas, limpeza de cursos hídricos, plantio de espécies arbóreas e implantação de parques de uso múltiplo.



Todos os projetos em execução no âmbito do PAC têm obrigatoriamente a vertente do trabalho social que, além das abordagens dos temas de mobilização e organização comunitária e da geração de trabalho e renda, contemplam a educação ambiental.

Dentro dos programas de educação ambiental são ministrados cursos e palestras tanto sobre questões de saúde e higiene, quanto sobre questões ambientais referentes, por exemplo, às Áreas de Preservação Permanente (APP) – topo de morros, encostas íngremes, manguezais, dunas e margens de cursos hídricos – e aos riscos de sua ocupação. São abordados ainda temas referentes à necessidade de preservação e reposição da vegetação e, aos prejuízos e consequências para a natureza e para a comunidade da disposição inadequada de resíduos (lixo e esgoto).

Deve ser ressaltada, ainda, a importância que o MCIDADES dá à participação efetiva dos órgãos de controle ambiental no alcance dos resultados de melhoria das condições de habitabilidade dos assentamentos precários. É exigida, de todos os proponentes, a apresentação de licenças ou autorizações ambientais válidas ou manifestações de dispensa, condição que autoriza o início de obra. São observadas e monitoradas suas condicionantes, restrições ou exigências para que sejam tempestiva e corretamente cumpridas visando mitigar ou reduzir os impactos negativos que as intervenções provocam no meio ambiente natural e na comunidade.



RECUPERAÇÃO DO RIO BEBERIBE  
RECIFE/PE



RECOMPOSIÇÃO DE MARGEM DE CÓRREGO  
BILLINGS/GUARAPIRANGA - SÃO PAULO/SP



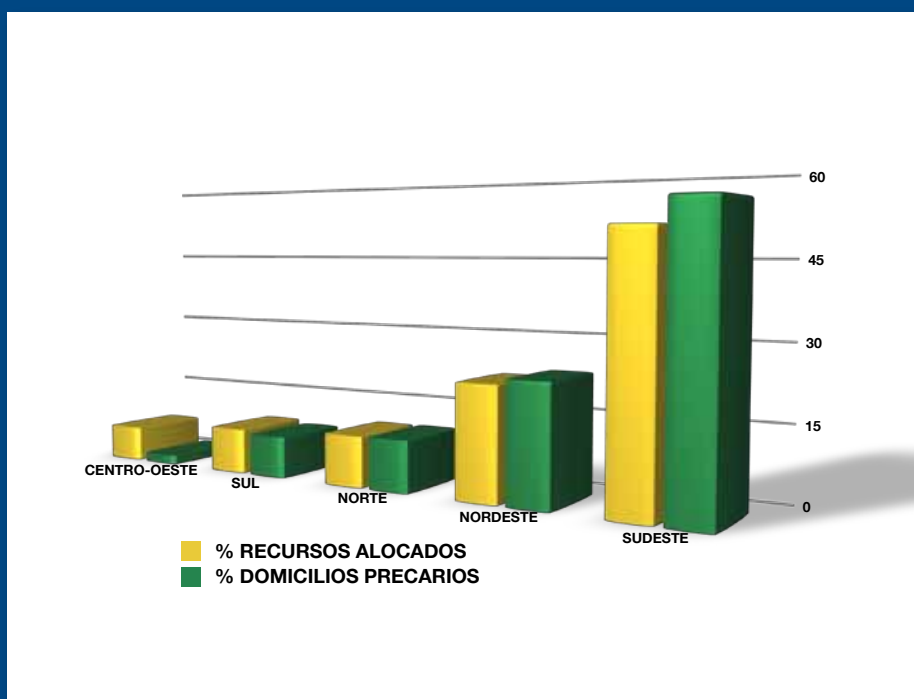
ÁREA DE EXPANSÃO URBANA SOBRE A FLORESTA AMAZÔNICA  
MANAUS/AM

# TERRITORIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo CEM/CEBRAP e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

- municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Belém/PA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS;
- municípios da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal – RIDE/DF;
- capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas supracitadas e o Distrito Federal; e
- outros municípios de grande porte, cuja população total seja superior a 150 mil habitantes ou que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

A distribuição de recursos também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.





## **Critérios de prioridade para seleção de áreas de intervenção**

A seleção de projetos que hoje compõem o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários foi realizada de duas formas e momentos distintos: a primeira, no início de 2007, voltada aos grandes complexos de favelas; e a segunda, anual, voltada à seleção dos assentamentos de menor porte, por meio de seleção pública. Isso implicou em duas estratégias e critérios distintos.

Num primeiro momento foram selecionados, por meio de pactuação federativa, os projetos prioritários de investimentos com foco em grandes assentamentos, como já dito, que exigem maior volume de recursos e com grande complexidade de execução. Foi nesse momento que se decidiu enfrentar desafios como o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, a ocupação na Represa Billings e Guarapiranga, em São Paulo, e a ocupação no Maciço Morro da Cruz, em Santa Catarina.

Essas intervenções visam, dentre outros objetivos, erradicar definitivamente palafitas, despoluir mananciais e equacionar áreas de risco iminente nas principais cidades do país.

Para tanto, foram adotados os seguintes critérios:

- grande porte, assim consideradas aquelas intervenções que envolvem investimentos superiores a R\$ 10 milhões;
- articulação e integração no território, cujas áreas

de abrangência e execução envolvam mais de um agente institucional – estado e município ou mais de um município;

- mitigação de danos ao meio ambiente, causados por assentamentos irregulares em áreas de mananciais, de preservação ambiental e/ou de preservação permanente;
- eliminação de gargalos na infraestrutura logística do país, tais como aquelas que impedem ou prejudicam o funcionamento de rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, água tratada e esgoto;
- mitigação de impacto decorrente de grandes instalações de infraestrutura nacional, que polarizam e dinamizam atividades socioeconômicas na área de influência do empreendimento;
- aproveitamento do patrimônio da União; e
- complementação de obras já iniciadas.

Para as seleções anuais, os recursos foram direcionados ao atendimento de assentamentos de menor porte, desde que a área de intervenção fosse ocupada por, pelo menos, 60% (sessenta por cento) das famílias com renda até 3 salários mínimos, ocupada há mais de cinco anos; ou que estivesse localizada em situação que configure risco, insalubridade ou fosse objeto de legislação que proibisse sua utilização para fins habitacionais.

Esses projetos foram selecionados por meio de chamada pública para apresentação de propostas enviadas ao MCIDADES em formulário eletrônico.

# Investimento por unidade da federação e municípios beneficiados

		R\$ milhões
<b>Centro-Oeste</b>		<b>1.132,94</b>
<b>DF</b>	Brasília	441,05
<b>GO</b>	Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade Ocidental, Formosa, Goiânia, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Senador Canedo, Trindade e Valparaíso de Goiás	281,35
<b>MS</b>	Amambai, Anastácio, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Maracaju, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porá, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas	264,74
<b>MT</b>	Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Cuiabá, Poconé, Rondonópolis, Tangará da Serra e Várzea Grande	145,80
<b>Sul</b>		<b>1.737,25</b>
<b>PR</b>	Araucária, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa, São Jorge do Patrocínio, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama	595,74
<b>RS</b>	Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Esteio, Gravataí, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rolante, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Leopoldo, Sapiranga, Taquara, Venâncio Aires, Viamão e Vista Alegre	762,81
<b>SC</b>	Balneário Camboriú, Blumenau, Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Palhoça, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São José	378,70
<b>Norte</b>		<b>2.145,93</b>
<b>AC</b>	Rio Branco e Sena Madureira	170,56
<b>AM</b>	Coari, Humaitá, Manacapuru, Manaus, Parintins e Tabatinga	413,22
<b>AP</b>	Macapá	70,19
<b>PA</b>	Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Marabá, Santa Isabel do Pará e Santarém	1.042,67
<b>RO</b>	Ariquemes, Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho	236,48
<b>RR</b>	Boa Vista e Mucajaí	113,99
<b>TO</b>	Angico, Araguaína, Araguatins, Lizarda, Palmas, Porto Nacional e São Miguel do Tocantins	98,82

		R\$ milhões
<b>Nordeste</b>		<b>4.544,60</b>
<b>AL</b>	Arapiraca, Delmiro Gouveia, Maceió, Taquarana e Teotônio Vilela	227,81
<b>BA</b>	Barreiras, Camaçari, Candeias, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ilhéus, Itaberaba, Itabuna, Itaparica, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Nova Viçosa, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista	726,39
<b>CE</b>	Camocim, Caucaia, Choró, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Novo Oriente, Sobral e Várzea Alegre	903,96
<b>MA</b>	Arame, Caxias, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pedreiras, Raposa, Santa Luzia, São Domingos do Maranhão, , , São Luís, Timon, Viana e Vila Nova dos Martírios	517,23
<b>PB</b>	Campina Grande, João Pessoa, Mamanguape, Patos e Solânea	210,27
<b>PE</b>	Abreu e Lima, Arcoverde, Bom Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Petrolina, Recife, Salgueiro e Serra Talhada	1.438,44
<b>PI</b>	Esperantina, Floriano, Parnaíba, Piripiri e Teresina	174,82
<b>RN</b>	Canguaretama, Florânia, Natal, Parelhas e Parnamirim	123,14
<b>SE</b>	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itabaiana e Nossa Senhora do Socorro	222,54
<b>Sudeste</b>		<b>11.909,30</b>
<b>ES</b>	Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Marataízes, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória	385,13
<b>MG</b>	Alfenas, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Congonhas, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Lima, Ouro Preto, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Santana do Paraíso, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Varginha e Vespasiano	2.409,19
<b>RJ</b>	Angra dos Reis, Barra Mansa, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Macaé, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Piraí, Porto Real, Quatis, Queimados, Quissamã, Resende, Rio de Janeiro, São Francisco de Itabapoana, São Gonçalo, São João de Meriti, Tanguá, Teresópolis e Volta Redonda	3.593,47
<b>SP</b>	Americana, Amparo, Araraquara, Atibaia, Bertioga, Campinas, Carapicuíba, Cubatão, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Guarujá, Guarulhos, Hortolândia, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itu, Jandira, Jaú, Jundiaí, Lins, Lucélia, Mairinque, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Penápolis, Peruíbe, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santa Bárbara d'Oeste, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo São Roque, São Sebastião, São Vicente, Sorocaba, Sumaré, Taboão da Serra, Tanabi, Várzea Paulista e Votorantim	5.521,51
<b>Brasil</b>		<b>21.470,02</b>



# PRINCIPAIS ATORES

Dentre os principais atores envolvidos na operacionalização do Programa destacam-se: a **Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**, como Coordenador central; o Ministério das Cidades – **MCIDADES**, na qualidade de Gestor; a Caixa Econômica Federal – **CAIXA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**, na qualidade de agente operador e financeiro; a **Administração Pública dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios**, na qualidade de proponentes e agentes executores; e as **famílias atendidas**, na qualidade de beneficiários finais.

Cada um desses entes exerce papéis distintos e significativos na cadeia de processos que envolve a execução de um programa federal de financiamento ou repasse de recursos fiscais para entes subnacionais.

A Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil – SAM/CC, possui o papel de acompanhar, em nível estratégico e com base nas informações fornecidas pelos órgãos setoriais, a evolução dos projetos, além de auxiliar na busca de soluções para superar dificuldades e fomentar o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, regras e normas. É deste ente ainda a prerrogativa de estabelecer diretrizes gerais e validar a seleção dos projetos; prestar contas à sociedade; e auxiliar no monitoramento e na articulação com estados, Distrito Federal e municípios para identificação de problemas e busca de soluções.

O MCIDADES é o responsável pela política de habitação e pela gestão, coordenação geral, gerência, acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados do programa, define as normas e critérios técnicos para a seleção dos projetos e execução dos empreendimentos, assim como realizar o processo de seleção das propostas apresentadas pelos Proponentes/Agentes Executores.

Os agentes operadores/financeiros, CAIXA e BNDES, atuam como mandatária da União no repasse dos recursos do Orçamento Geral da União - OGU (somente CAIXA) e como agente operador e financeiro nas operações de crédito, operacionalizando os programas. Estes possuem a atribuição de celebrar com os proponentes e agentes executores os instrumentos de transferência de recursos promovendo sua execução orçamentário-financeira. Para tanto, fazem a análise a viabilidade técnica, jurídica e institucional dos projetos selecionados, além de acompanhar e atestar a execução do objeto das contratações efetuadas, procedendo à análise de prestação de contas final dos recursos utilizados.

As administrações públicas dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios são os executores dos projetos, responsáveis por identificar área prioritária para realização da intervenção, preparando e encaminhando projetos para fins de seleção. Executam os trabalhos necessários à consecução da intervenção, observando critérios de qualidade técnica, prazos e custos, cadastram e selecionam as famílias a serem beneficiadas e, por fim, prestam contas dos recursos transferidos pela União. Após a intervenção, devem manter e operar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos.

Importante destacar o protagonismo que as famílias atendidas exercem, por meio da participação, de forma individual ou associada, em todas as etapas do projeto, no controle da gestão dos recursos financeiros da União destinados ao programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. Após a intervenção, e com o trabalho social desenvolvido, espera-se que se apropriem corretamente dos bens e serviços colocados à sua disposição.

### **Impulso do PAC na reestruturação do setor habitacional**

Associada a outras iniciativas do Governo Federal no setor habitacional, a inclusão da urbanização de assentamentos precários em um dos eixos do PAC trouxe importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir moradia digna para famílias de baixa renda.

A co-responsabilização federativa pelos empreendimentos, além da perspectiva de recursos expressivos continuados, fez com que Governos estaduais, municipais, do Distrito Federal e o próprio Governo Federal precisassem reestruturar seu setor habitacional para dar conta do novo cenário. Prova disso é

que em 2004, apenas 42% dos municípios brasileiros possuíam órgão específico para trato da habitação, já em 2008, 70% dos municípios passaram a possuir tal órgão, segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros - MUNIC, realizada pelo IBGE.

O MCIDADES também ampliou sua estrutura, a Secretaria Nacional de Habitação, a partir de 2007, por meio de concurso público, passou a contar com corpo técnico de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, especialistas ambientais, triplicando seu quadro de servidores, com isso tem sido possível desempenhar melhor a gestão dos programas. Igualmente, a CAIXA ampliou seu quadro de engenheiros para acompanhamento da execução das obras.





# IMPLEMENTAÇÃO

COMPLEXO DA ROCINHA  
RIO DE JANEIRO/RJ





## Processo de seleção e contratação de projetos

A seleção dos projetos prioritários de investimento e a alocação dos recursos foram definidas de forma conjunta com representantes dos governos dos 26 estados da federação, do Distrito Federal, dos municípios de 12 Regiões Metropolitanas<sup>1</sup>, das capitais e dos municípios com mais de 150 mil habitantes, com o objetivo de definir as prioridades de atendimento.

Governadores e prefeitos foram convidados a participar de dois ciclos de reuniões, que se estenderam por dois meses, para a definição dos projetos a serem beneficiados com recursos do PAC.

Dessa forma, buscava-se promover a articulação federativa necessária para, por meio de parcerias entre Governo Federal, estadual e municipal, potencializar a capacidade de investimento público.

Além desse procedimento, para seleção dos projetos de menor envergadura, foi utilizado o processo de chamada pública para apresentação de propostas ao MCIDADES, por meio de formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico. Governos locais inscrevem suas propostas registrando dados básicos das intervenções que pretendem executar e para as quais estão pleiteando apoio financeiro da União. A partir da análise dessas informações o MCIDADES em conjunto com a Presidência da República seleciona as propostas que serão atendidas.

Após a seleção das propostas, por ambos os processos, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal apresentam à CAIXA ou BNDES, conforme o caso, documentação técnica, institucional e jurídica para fins de formalização das operações. Nessa fase, o MCIDADES monitora a apresentação e análise dos documentos comprobatórios de titularidade da área de intervenção e dos projetos de engenharia, do trabalho social e da regularização fundiária; a obtenção do licenciamento ambiental; e a formalização e conclusão do processo licitatório de contratação das empresas construtoras e prestadoras de serviços.

Em seguida à aprovação de todos os requisitos formais, é autorizado o início da execução das intervenções, que são acom-

<sup>1</sup> Baixada Santista, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e, RIDE Distrito Federal e Entorno.

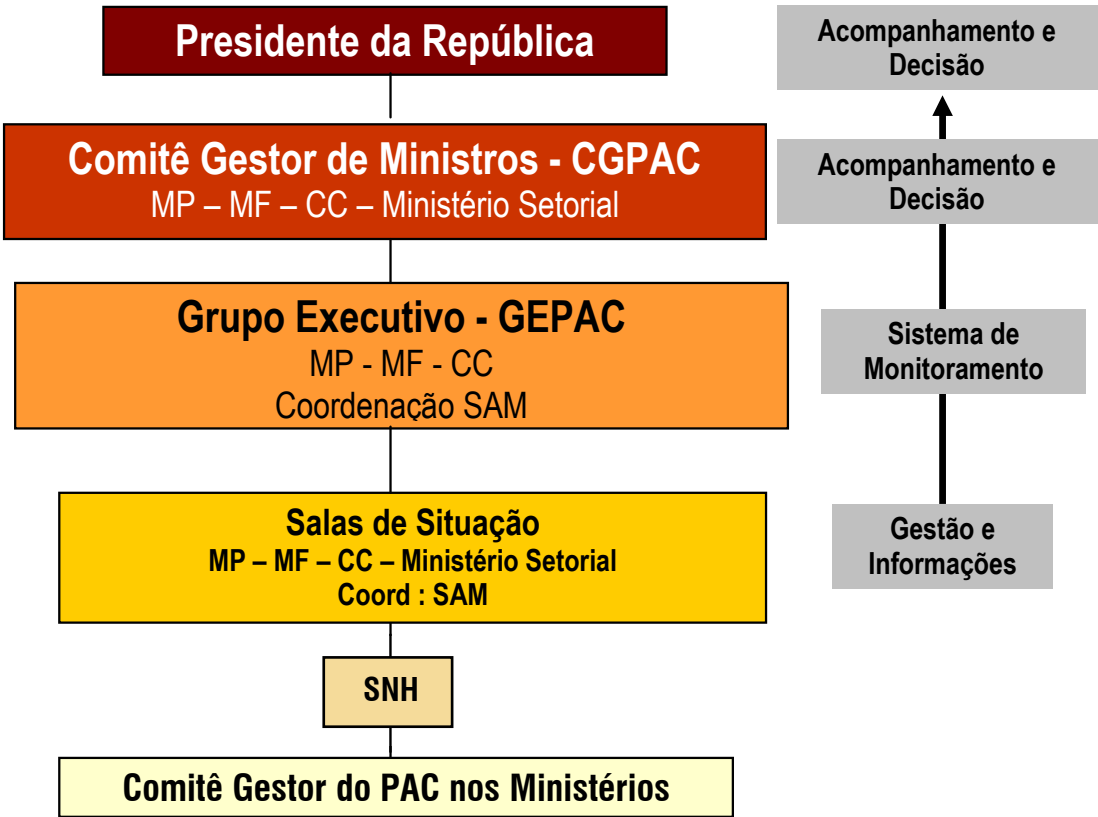
panhadas, atestadas e pagas pela CAIXA ou BNDES, conforme o caso. Nessa etapa, são monitorados os avanços físicos obtidos, bem como os gargalos que porventura apareçam ao longo da implantação das obras e serviços.

A CAIXA possui estrutura de análise de projetos e acompanhamento da execução descentralizada, todos os

estados da federação contam com uma ou mais Gerências de Desenvolvimento Urbano – GIDUR ou Regionais de Desenvolvimento Urbano – REDUR, essas unidades possuem estrutura de pessoal técnico multidisciplinar capaz de tratar as múltiplas facetas das intervenções em assentamentos precários.

**Monitoramento da execução**

Com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações do Governo Federal, dos governos municipais e estaduais e demais atores envolvidos, o Governo Federal criou estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC, conforme diagrama a seguir:



Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pela própria Presidência

da República, por intermédio da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, como inequívoca demonstração do grau de importância que a execução das intervenções representa para o Governo Federal.

Ao mesmo tempo, um dos mais importantes objetivos desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados, por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impede a padronização de soluções e encaminhamentos.

Desse modo, o monitoramento das intervenções, realizado no âmbito federal, pode ser descrito por dois mecanismos básicos:

### **O monitoramento remoto**

- análise das informações contidas em bases de dados, disponibilizadas pela CAIXA e BNDES, nas quais podem ser observadas a evolução das pendências apuradas em videoconferências, a execução física das obras e o seu desembolso;
- realização de videoconferências bimestrais, reunindo os técnicos CAIXA e dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, para aferir o estágio de cada intervenção e a evolução das providências, porventura necessárias, ocasião em que é analisado detalhadamente cada uma das intervenções, verificando-se o estágio de análise técnica dos projetos de engenharia e do projeto do trabalho social, as providências adotadas para obter o licenciamento ambiental e a regularização da titularidade do terreno onde serão edificados os empreendimentos, e, por fim, as medidas adotadas para preparação e realização do processo licitatório. Para cada caso, são pactuados prazos para resolução das pendências identificadas. Na medida em que as operações entram em execução, as videoconferências contemplam somente as obras com ritmo de execução lento, paralisadas ou

problemáticas; e

- convocação dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, para tratar os entraves mais graves, de difícil solução, no âmbito mais estratégico do Governo Federal, normalmente com participação da Presidência da República.

### **O monitoramento *in loco***

- visitas locais eventuais, quando se tem a oportunidade de conhecer as obras e a real dimensão da intervenção que está sendo executada, além dos impactos externos que estão sendo produzidos, informações que não são capturadas por meio do monitoramento remoto; e
- participação no Gabinete de Gestão Integrada – GGI, reuniões realizadas quinzenalmente nas unidades locais da CAIXA, com a participação dos entes federados, para acompanhamento de pendências.

Embora o monitoramento realizado pelo Governo Federal seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a CAIXA, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a *expertise* de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas *in loco*, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

As intervenções inseridas no PAC passam por auditorias regulares que, ao identificarem impropriedades, acionam os atores envolvidos para correção ou esclarecimento das questões identificadas considerando suas correspondentes esferas de atribuição.



# INVESTIMENTOS

An aerial photograph showing a vast, densely packed urban area, likely a favela, in Rio de Janeiro. The foreground and middle ground are filled with a complex network of small, closely situated buildings and structures, interspersed with patches of green vegetation. A prominent dirt road or path winds through the center of the settlement. In the background, the city extends towards a body of water, with a skyline of taller buildings visible on the horizon under a clear sky.

COMPLEXO DO ALEMÃO  
RIO DE JANEIRO/RJ





Os recursos destinados pelo PAC – Urbanização de Assentamentos Precários dividem-se em dois grandes grupos:

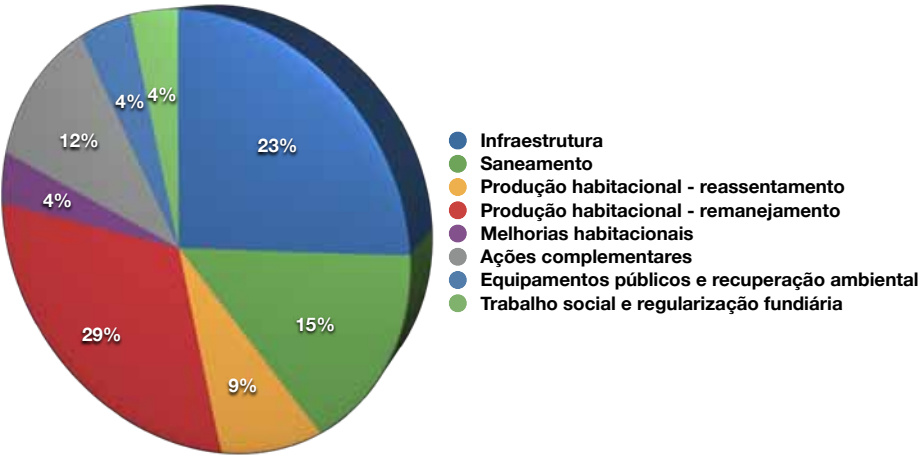
- recursos fiscais, consignados no Orçamento Geral da União – OGU, repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, com caráter não oneroso, sob forma de transferência obrigatória da União, mediante assinatura de Termos de Compromisso firmados com a CAIXA, como mandatária da União;
- incluem-se aí, recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;
- recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, repassados aos estados, Distrito Federal e municípios com caráter oneroso, sob forma de financiamentos, mediante assinatura de contratos de empréstimo firmados com a CAIXA ou BNDES, como agentes financeiros.

Somados aos recursos da União, compõem os investimentos as contrapartidas dos estados, Distrito Federal e municípios, que podem se apresentar sob a forma de recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Atualmente encontram-se alocados R\$ 21,4 bilhões em intervenções em favelas com recursos do PAC em 785 contratos, sendo R\$ 15,5 bilhões do OGU e R\$ 5,9 bilhões do FGTS e FAT.

Esses recursos irão proporcionar a melhoria das condições de habitabilidade de mais de 1,8 milhão de famílias com ações integradas de construção e melhoria de habitações, saneamento, infraestrutura, equipamentos públicos, trabalho social, regularização fundiária e recuperação de área degradada.

Para retratar a diversidade de ações envolvidas nessas intervenções, apresenta-se a distribuição percentual dos recursos investidos.



# TIPOLOGIAS DAS INTERVENÇÕES

Embora haja uma grande diversidade de tipologias de intervenções de urbanização de assentamentos precários dentre aqueles que estão sendo executados com recursos do PAC, é possível identificar três grandes grupos:

1. assentamentos que estão sendo regularizados e consolidados com **manutenção de todas as famílias** beneficiárias na própria área de intervenção;
2. assentamentos que estão regularizados e consolidados com **reassentamento de parte das famílias** beneficiárias; e
3. assentamentos não passíveis de regularização e consolidação com **reassentamento total das famílias** beneficiárias.

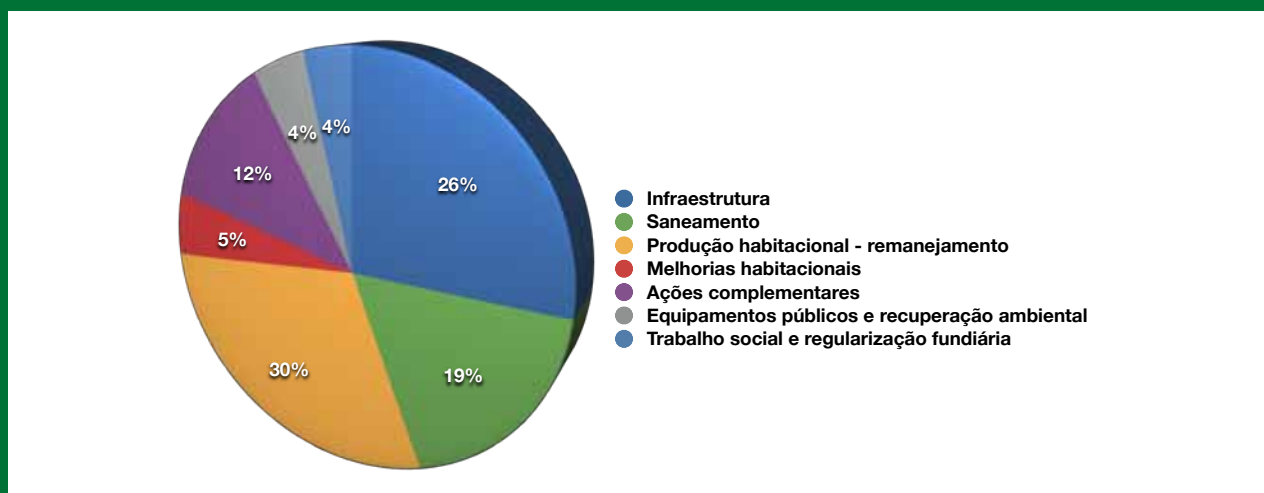
O primeiro grupo representa 67% dos investimentos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o segundo grupo representa 28% e o terceiro 5%. Importante verificar, portanto, que a maior parte dos investimentos mantém a população no local em que já habitava, como claro respeito aos laços de vizinhança e trabalho já

estabelecidos, bem como forte reconhecimento do direito à cidade e à função social da propriedade.

Para retratar a diversidade de ações envolvidas por tipologia de intervenção, apresenta-se a distribuição percentual dos recursos investidos por tipo de ação executada:

**Urbanização sem reassentamento** – ocorre naquelas situações em que é possível regularizar e consolidar toda a área sem que haja necessidade de transferir famílias. Nesses casos, os investimentos em produção ou melhoria habitacional são de menor monta e ocorrem somente dentro do próprio assentamento, sendo que a produção ocorre nos casos de remanejamento das famílias dentro da própria área em função da abertura do sistema viário, implantação das redes de infraestrutura e equipamentos comunitários.

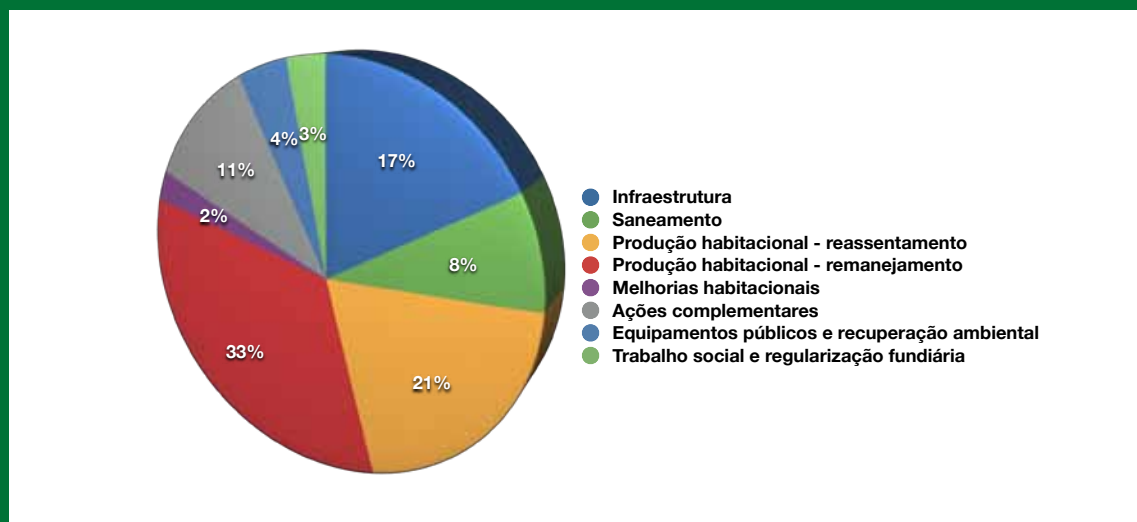
- 30% do investimento para produção habitacional
- 45% em saneamento e infraestrutura





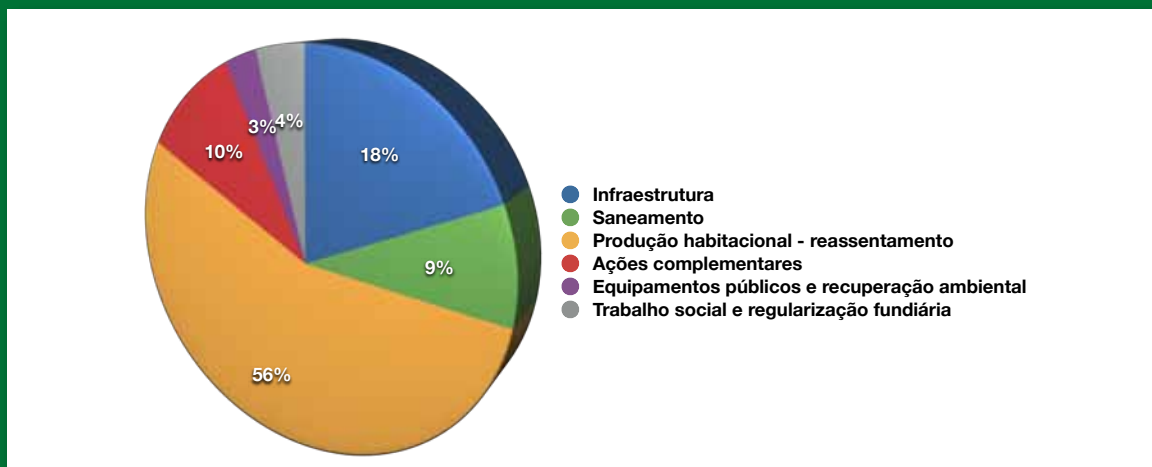
**Urbanização com reassentamento parcial** - ocorre naquelas situações em que a implantação das obras e serviços necessários para regularizar e consolidar a área de intervenção exige o remanejamento de parte da população para outras áreas. Nesses casos, os investimentos em produção habitacional ocorrem dentro e fora do assentamento que está sendo urbanizado.

- 55% do investimento para produção habitacional
- 21% para produção habitacional em área de reassentamento
- 25% em saneamento e infraestrutura



**Urbanização com reassentamento total** – ocorre naquelas situação em que o assentamento precário está localizado em áreas não passíveis de ocupação. Nessas intervenções a maior parte dos investimentos é destinada à produção habitacional, sendo que a área original recebe o tratamento necessário para que não seja mais objeto de novas ocupações irregulares.

- 83% do investimento para produção habitacional



# ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EM CURSO

MARGEM ESQUERDA DO RIO ANIL  
SÃO LUÍS/MA





## Obras de grande porte, envolvendo eliminação de risco e deficiências de infraestrutura urbana

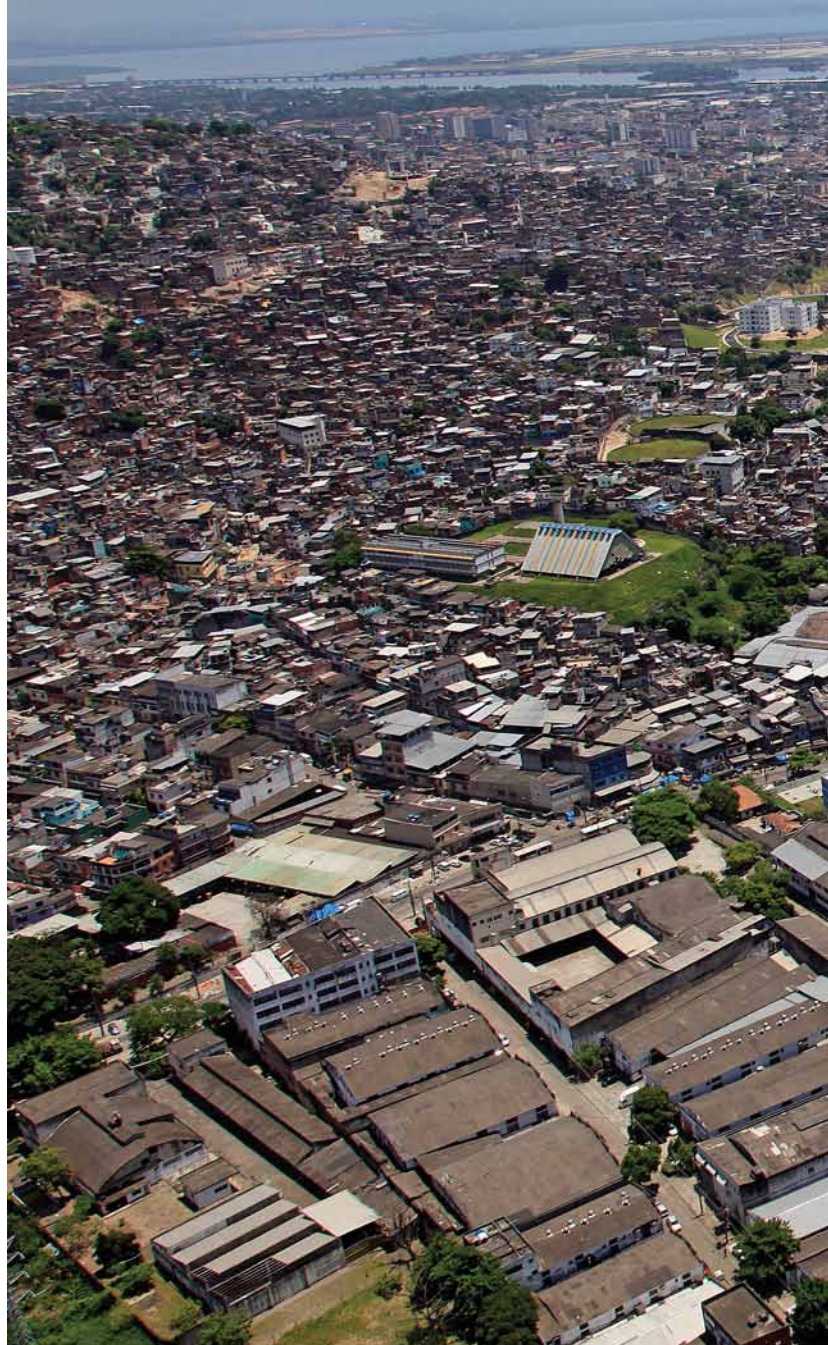
### COMPLEXO DO ALEMÃO

Rio de Janeiro/RJ

- Investimento<sup>2</sup>: R\$ 833,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
- Famílias beneficiadas: 30.266
- Principais serviços:
  - Produção de 920 unidades habitacionais;
  - Aquisição de 1.155 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, obras viárias e drenagem pluvial;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Proteção, contenção e estabilização de solo;
  - Instalação de recipientes para coleta de resíduos sólidos;
  - Construção de teleférico com 07 estações;
  - Equipamentos comunitários: Centro de referência da juventude, centro de geração de renda, escola de ensino médio de referência, biblioteca, centro de integração de atenção à saúde, centro de serviços, 02 creches, 02 centros comerciais e 02 postos de saúde da família.

O Complexo do Alemão é um bairro-favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, oficializado como bairro em 1993 e constituído por um conjunto de 12 favelas, sendo seu núcleo principal o Morro do Alemão. O bairro desenvolveu-se sobre a serra da Misericórdia, uma formação geológica de morros e nascentes naturais, quase toda destruída pela construção do Complexo. Restam poucas áreas verdes na região e alguns pontos de nascentes de rios que são usados como fonte de água pela população. Todavia, logo após a nascente, os rios já se tornam valões de esgoto. Boa parte da serra foi destruída devido às pedreiras, muito comuns na segunda metade do século XX.

<sup>2</sup> Os investimentos consideram além de fontes federais – OGU, FGTS e FAT – as contrapartidas locais.



A intervenção do Complexo do Alemão que, desenvolvida sob a parceria das três esferas do poder público, prevê a construção de uma enorme rede de transportes e infraestrutura visando tornar o bairro e seus arredores livres do estigma da favelização e da violência. Infraestrutura focada na integração física e social das diversas comunidades, entre elas, e com os bairros do entorno, com implantação de redes de água, esgoto e drenagem, contenções de encostas e pavimentação de vias.





Contempla a melhoria e construção de moradias distribuídas em cinco áreas de concentração, utilizando projetos diversificados com proposições de novos padrões construtivos que fogem dos usualmente utilizados, bem como a edificação de diversos equipamentos: Centro de Referência da Juventude Esporte e Lazer, Centro de Apoio Jurídico, Centro de Serviços, Escola de Ensino Médio de Referência, Centro Comercial, Creche e Posto de Saúde da Família, UPA – Unidade de Pronto Atendimento à Saúde, Biblioteca, Esporte e Lazer.

Já para a acessibilidade e mobilidade da comunidade, a intervenção engloba a implantação de sistema teleférico, com as estações de Fazendinha, Itararé, Alemão, Baiana, Adeus e Bonsucesso, proporcionando uma redução do tempo de deslocamento entre a primeira e a última parada de 50 para 16 minutos, conectando todo o complexo internamente e ao restante da cidade, favorecendo a todos os moradores, principalmente idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.



## PARAISÓPOLIS

### São Paulo/SP

- Investimento: R\$ 318,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de São Paulo
- Famílias beneficiadas: 20.832
- Principais serviços:
  - Produção de 1.952 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 684 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Construção de Via Perimetral;
  - Equipamentos comunitários de saúde e educação.

Situada na região sul do município de São Paulo, a intervenção urbanística no Complexo de Paraisópolis beneficiará mais de 20.832 famílias e busca melhorar as condições de habitabilidade, prevenção e eliminação de riscos de acidentes causados por fatores geotécnicos e por inundações, além de ampliar e fortalecer a organização comunitária e melhorar as condições ambientais, urbanas e de seu entorno. Além destas ações, destacam-se as atividades sociais promovidas através do Programa Mais Cultura - Espaços Sociais Paraisópolis, onde serão disponibilizados espaços de dança, estúdio musical, pontos de leitura e cinema ao ar livre.





## ROCINHA

### Rio de Janeiro/RJ



- Investimento: R\$ 231,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Famílias beneficiadas: 30.000
- Principais serviços:
  - Produção de 144 unidades habitacionais;
  - Aquisição de 603 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 2.661 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Proteção, contenção e estabilização de encostas;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Construção do Planos Inclinados I com 03 estações e do Plano Inclinado II com 02 estações;

- Equipamentos comunitários: Creche, centro de integração, centro integrado de atenção à saúde – CIAS, centro de convivência, cultura e cidadania – C4, centro de judô e mercado público.

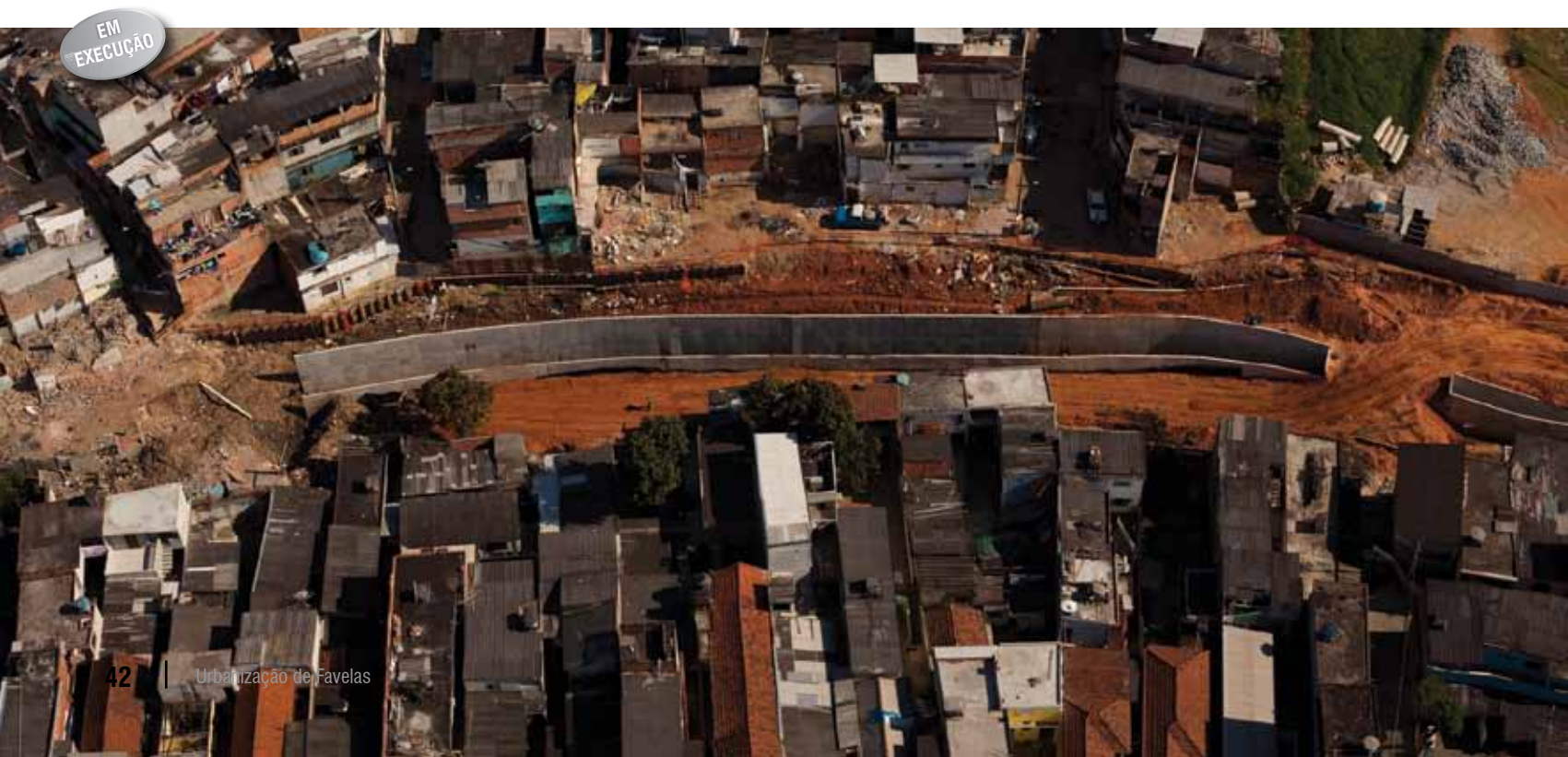
A Rocinha é um bairro localizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de classe alta da Gávea e de São Conrado, destacando-se por ser uma das maiores favelas do país, contando com cerca de 56 mil habitantes. A comunidade teve origem na divisão em chácaras da antiga “Fazenda Quebra-Cangalha”, produtora de café. Adquiridas por imigrantes portugueses e espanhóis, tornaram-se, por volta da década de 1930, o centro fornecedor de hortaliças, que abastecia a Zona Sul da cidade. Aos moradores mais curiosos sobre a origem dos produtos, os vendedores informavam que provinham de uma “rocinha” instalada no Alto da Gávea. Daí a origem de seu nome. A intervenção prevê a urbanização da favela com ações de infraestrutura, mobilidade, melhorias habitacionais, além de equipamentos comunitários.

## HELIÓPOLIS

### São Paulo/SP

- Investimento: R\$ 203,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de São Paulo
- Famílias beneficiadas: 15.600
- Principais serviços:
  - Produção de 1.813 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 1.343 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas.

A intervenção irá beneficiar 15.600 famílias residentes na região sudeste da cidade de São Paulo em área caracterizada por alta densidade demográfica, com habitações são de baixa qualidade e construídas sem obediência a nenhuma postura municipal urbana, sujeitando a população a riscos sanitários. Serão implantadas soluções de drenagem pluvial, consolidações geotécnicas, redes coletoras de esgotos e de distribuição de água, recuperação de áreas degradadas, pavimentação, canalização de córrego, construção e readequação de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária.





## JARDIM SÃO FRANCISCO

### São Paulo/SP

- Investimento: R\$ 159,4 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de São Paulo
- Famílias beneficiadas: 7.913
- Principais serviços:
  - Produção de 876 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas.

Localizado na zona leste de São Paulo, próximo à divisa com o município de Mauá, o Jardim São Francisco possui

grande parte de sua área destinada a habitações de interesse social com a existência de conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas, totalizando no bairro 3.541 famílias cadastradas e 12.405 habitantes. Ao longo do tempo, foi objeto de várias intervenções pontuais tais como a implantação de alojamentos provisórios, de um loteamento por grileiros e de diversas ocupações espontâneas por famílias de baixa renda. O projeto agora elaborado prevê soluções para a área de forma integral, principalmente no que se refere a drenagem pluvial, rede coletora de esgotos e abastecimento de água, remoções de moradias de áreas de risco, provisões habitacionais, consolidações geotécnicas e pavimentações.





## **VILA SÃO JOSÉ**

### **Belo Horizonte/MG**

- Investimento: R\$ 155,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- Famílias beneficiadas: 12.500
- Principais serviços:
  - Produção de 1.616 unidades habitacionais;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.



## DIVERSOS BAIRROS

### Nova Iguaçu/RJ

- Investimento: R\$ 150 milhões
- Fonte: FGTS
- Proponente: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
- Famílias beneficiadas: 9.450
- Principais serviços:
  - Produção de 629 unidades habitacionais;
  - Urbanização de 145.059,90 m<sup>2</sup> de áreas públicas;
  - Pavimentação e obras viárias de 223.382,30 m<sup>2</sup>;
  - Redes de drenagem pluvial.

A intervenção tem por objetivo a consolidação de áreas centrais de bairros da cidade com o aumento da oferta de infraestrutura, promoção da acessibilidade universal, melhoria da qualidade de vida e das condições sócioambientais da população. Estão sendo executadas redes de drenagem pluvial, construção e/ou alargamento de calçadas, implantação de abrigos para pontos de ônibus, implantação de ciclovia, requalificação do sistema viário, reforço na sinalização horizontal e vertical, implantação de travessias para pedestres, construção de 629 unidades habitacionais com regularização fundiária e urbanização do terreno, sendo 9.450 famílias beneficiadas, no total.



## CONJUNTO HABITACIONAL JACINTA ANDRADE

### Teresina – PI

- Investimento: R\$ 147 milhões
- Fonte: FGTS
- Proponente: Governo do Estado do Piauí
- Famílias beneficiadas: 4.300
- Principais serviços:
  - Produção de 4.000 unidades habitacionais concentradas;
  - Produção de 300 unidades habitacionais pulverizadas;
  - Equipamentos comunitários: Creche, delegacia, escola de ensino fundamental, mercado, quadra poliesportiva, unidades de saúde, centro cultural e de produção, universidade aberta, usina de tratamento de resíduos sólidos e centro de educação ambiental.

A intervenção compreende a construção de 4.300 unidades habitacionais para famílias de baixa renda, inclusive pertencentes a segmentos vulneráveis, que vivem em condições precárias, em áreas irregulares, de alto risco ambiental e sujeitas ao alagamento. A área onde está sendo implantado este grande conjunto habitacional fica na localidade de Santa Maria da Codipi, zona norte de Teresina, prevendo em seu agenciamento a reserva para zonas institucionais de uso público e destinação de grandes bolsões verdes para preservação e implantação de parques.



EM  
EXECUÇÃO





**BAIRROS ALICANTE, BARCELONA, CIDADE NEVIANA,  
JARDIM COLONIAL, SÃO LUIZ E ROSANEVES**  
**Ribeirão das Neves/MG**

- Investimento: R\$ 141,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves
- Famílias beneficiadas: 14.627
- Principais serviços:
  - Produção de 234 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.



**BACIA CADENA E VACACÁI MIRIM**  
**Santa Maria/RS**

- Investimento: R\$ 100,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Santa Maria
- Famílias beneficiadas: 8.400
- Principais serviços:

- Produção de 1.763 unidades habitacionais;
- Melhoria de 1.024 unidades habitacionais;
- Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, pavimentação e obras viárias;
- Recuperação de áreas degradadas.





## VALE DO REGINALDO

### Maceió – AL

- Investimento: R\$ 133,5 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado de Alagoas
- Famílias beneficiadas: 7.000
- Principais serviços:
  - Produção de 1.512 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 700 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, drenagem, pavimentação e obras viárias.

Urbanização integrada de favelas do Vale do Reginaldo visa promover, de maneira sustentável, a melhoria da

qualidade de vida da população residente em favelas situada às margens do riacho Reginaldo, em áreas de risco e/ou proteção ambiental. O empreendimento prevê a remoção de palafitas localizadas em áreas de risco, sujeitas a alagamento, com a construção de 1.512 novas unidades habitacionais. A intervenção beneficiará, ao todo, 7.000 famílias.





## **NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO**

### **Natal/RN**

- Investimento: R\$ 108,3 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Prefeitura Municipal de Natal
- Famílias beneficiadas: 22.000
- Principais serviços:
  - Produção de 32 unidades habitacionais;
  - Melhorias em 23 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: 05 Escolas e quadra de esportes.

Batizado com o nome da padroeira da cidade de Natal, o bairro Nossa Senhora da Apresentação está localizado

em uma região composta por micro bacias fechadas com depressões interiores, apresentando afloramento do lençol freático nos locais mais baixos. Nos períodos de grandes precipitações, formam-se grandes lagoas que, sem possibilidade de infiltração imediata, transbordam alagando os imóveis da localidade. A ocupação desses imóveis se deu de forma irregular, por população de baixa renda, e de modo bastante acelerado. A ação de urbanização Integrada nesta localidade envolve, além da produção e melhoria de unidades habitacionais, construção de equipamentos de esporte e de educação, esgotamento sanitário, drenagem incluindo lagoas de contenção, pavimentação e regularização fundiária, beneficiando de forma direta 22.000 famílias.



## FALHA GEOLÓGICA 1ª E 2ª ETAPA Salvador/BA

- Investimento: R\$ 99,6 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Governo do Estado da Bahia
- Famílias beneficiadas: 11.200
- Principais serviços:
  - Produção de 220 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 520 unidades habitacionais;
  - Recuperação de 05 casarões destinados às famílias que ocupam o frontispício, sendo 70 apartamentos de 1 e 2 quartos e 102 unidades habitacionais caracterizadas por casarões espalhados, pontualmente, buscando manter os vínculos sociais;
  - Reassentamento de 100 famílias localizadas na via portuária;
  - Recuperação e contenção de encosta e de murelas degradadas;
  - Equipamentos comunitários: Centro comunitário, praça e horto;
  - Ações de geração de renda através da qualificação de mão de obra para atuar na restauração do patrimônio histórico;
  - Requalificação urbanística de 19 hectares ocupados por 5.075 moradores em 1.015 domicílios;
  - Obras de infraestrutura compreendendo a implantação de macrodrenagem, reforma de pavimentos e recuperação de nascente de água natural de forte significado para a população.

Ação que visa solucionar diversos pontos de fragilidade social no município de Salvador, tendo como principal característica ocupações irregulares na encosta criada pela falha geológica, que divide a cidade em Alta e Baixa, envolvendo as localidades de Alto do bom Viver, Baixa do Cacau, Costa Azul, Alto de Ondina, Rocinha, Água Brusca, Lapinha, Pilar e Santo Antônio. Ela engloba a recuperação e a requalificação de imóveis degradados e/ou em estado de ruínas, além dos ocupados coletivamente (cortiços), que estão situados no centro antigo - Centro Histórico, integrando-se ao seu constante processo de revitalização. Este projeto contempla ainda intervenções na via portuária – parte de sistema viário estruturante de Salvador - e áreas de complementação de investimentos públicos.





## VILA ESTRUTURAL

### Brasília/DF

- Investimento: R\$ 73 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Distrito Federal
- Famílias beneficiadas: 9.450
- Principais serviços:
  - Produção de 1.889 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água e esgotamento sanitário;
  - Equipamentos comunitários: Escola infantil, escola de nível médio, escola de nível fundamental e posto policial.

A intervenção beneficia 9.450 famílias que residem em área de lixões, sujeitas a fatores de risco, insalubridade e degradação ambiental, gerando lançamento de esgotos domésticos na via pública ou no sistema de drenagem.





## COMPLEXO DO CANTAGALO – PAVÃO PAVÃOZINHO

### Rio de Janeiro/RJ

- Investimento: R\$ 63,6 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Famílias beneficiadas: 4.882
- Principais serviços:
  - Produção de 227 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, incluindo reservatório com capacidade para 670 mil litros, esgotamento sanitário incluindo uma estação elevatória, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Proteção, contenção e estabilização de encostas;
  - Equipamentos comunitários: 02 Praças.

O complexo de morros do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho está cravado no centro da Zona Sul carioca, nos bairros de Copacabana e Ipanema, com uma das vistas mais privilegiadas do Rio: a Lagoa Rodrigo de Freitas e o mar. A obra de urbanização e infraestrutura do complexo abrange uma área de 173.000 m², atendendo a uma população de 19.528 habitantes e beneficiando diretamente 4.882 famílias. Essa intervenção garante: condições de acessibilidade e transporte da população, ligações de água potável e esgotamento sanitário em todas as unidades localizadas na área de intervenção, drenagem objetivando diminuir os riscos ambientais, pavimentação dos becos garantindo a circulação da população em condições de ergonomia e segurança, reassentamento das famílias cujas residências foram remanejadas para implantação do projeto, ou em condições críticas de insalubridade. Estas famílias receberão regularização fundiária e as unidades habitacionais apresentam um sistema construtivo moderno e com bom padrão de acabamento. Propiciando, dessa forma, uma melhor qualidade de vida e contribuindo para a redução da violência local.









## FAVELAS DO CENTRO EXPANDIDO

### Guarulhos/SP

- Investimento: R\$ 44,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Guarulhos
- Famílias beneficiadas: 3.449
- Principais serviços:
  - Produção de 861 unidades habitacionais;
  - Produção de 978 lotes urbanizados;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Equipamento comunitário: Centro comunitário com quadra poliesportiva.

A intervenção no Centro Expandido propõe a construção de unidades habitacionais na própria área, ou nas proximidades, buscando o melhor aproveitamento do terreno e permitindo que as relações sociais estabelecidas, tais como os vínculos existentes de trabalho, a escola e a vida comunitária, sejam preservados. O programa engloba ainda a urbanização integrada, o trabalho social, a regularização fundiária, além da melhoria da infraestrutura urbana local, através de obras viárias com abertura de ruas e construção de equipamento comunitário.





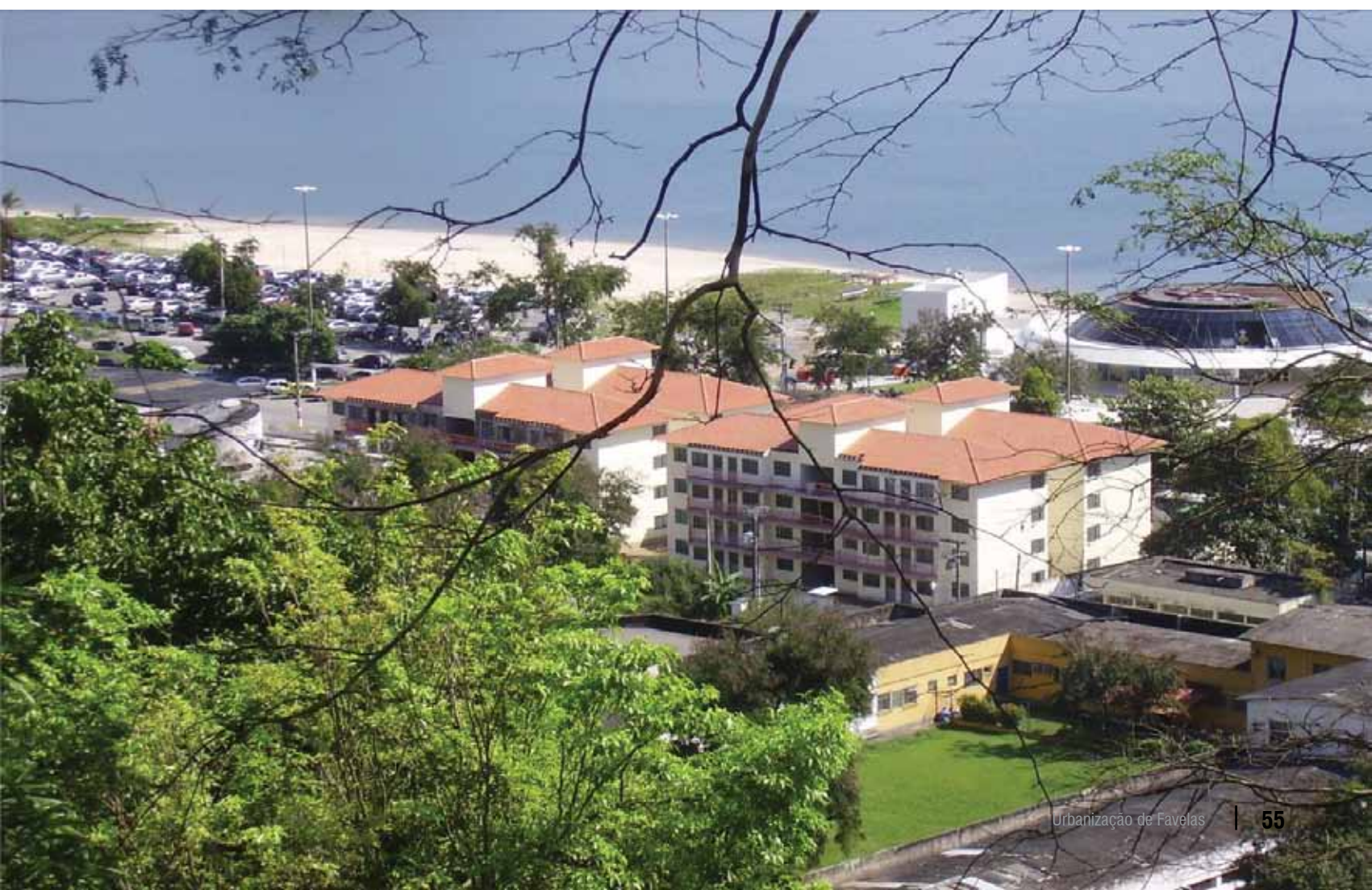
## MORRO DO PREVENTÓRIO

Niterói/RJ

- Investimento: R\$ 37,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Famílias beneficiadas: 1.772
- Principais serviços:
  - Produção de 248 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Obras de contenção.

A intervenção beneficia 1.772 famílias residentes em área que possui configuração topográfica em aclive, bastante acidentada, com a eliminação de situações de risco de deslizamentos através da execução

de obras de contenção e estabilização de encostas, além da implantação de infraestrutura básica, com a construção de unidades habitacionais, equipamentos comunitários, sistema de coleta de águas pluviais, obras viárias e recuperação de áreas degradadas, através de reflorestamento. Para o reassentamento das famílias que se encontram em Áreas de Preservação Permanente – APP's, serão construídas 248 unidades habitacionais e, através das atividades da equipe social, serão implementadas ações de organização comunitária, educação sanitária e ambiental e programas de geração de trabalho e renda. A situação fundiária será regularizada com a titulação definitiva dos lotes aos moradores.





**BAIRROS SÃO MATEUS, PAULA II, CRISTO REI, MAPIM,  
ÁGUA LIMPA, COSTA VERDE NOVA FRONTEIRA E 23 DE  
SETEMBRO**

**Várzea Grande/MT**

- Investimento: R\$ 34,5 milhões
- Fonte: FAT
- Proponente: Prefeitura Municipal de Várzea Grande
- Famílias beneficiadas: 12.500
- Principais serviços:
  - Produção de 530 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 95 unidades habitacionais;
  - Implantação infraestrutura compreendendo reservatório de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: 03 unidades de saúde, policlínica, 04 escolas e restaurante popular;
  - Recuperação de áreas degradadas e implantação de parque urbano.



EM  
EXECUÇÃO

## **VILA MUCAJÁ**

### **Macapá/AP**

- Investimento: R\$ 28,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Macapá
- Famílias beneficiadas: 1.097
- Principais serviços:
- Produção de 592 unidades habitacionais;
- Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, obras viárias e drenagem pluvial;
- Construção de creche.

A intervenção tem por objetivo a melhoria das condições de habitabilidade para 1.097 famílias que residem em encostas, com risco de desmoronamento, ou em áreas parcialmente alagadas e insalubres para moradia.



## **SANTA FELICIDADE**

### **Maringá/PR**

- Investimento: R\$ 25,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Maringá
- Famílias beneficiadas: 943
- Principais serviços:
- Produção de 665 unidades habitacionais;
- Melhoria de 278 unidades habitacionais;
- Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Equipamentos comunitários: Centro de referência de assistência social - CRAS, centro de convivência, centro cooperativo para triagem de recicláveis, centro de atenção psicossocial, praça e centro cooperativo de geração de emprego e renda.

A intervenção beneficia 943 famílias e compreende o redimensionamento dos lotes do Conjunto Santa Felicidade objetivando a readequação das redes coletoras de esgoto e do sistema viário local. Além disso, produção de 665 unidades habitacionais, e melhorias em outras 278, em diversos bairros.





## PROJETO QUEBRADEIRAS DE COCO São Miguel do Tocantins/TO

- Investimento: R\$ 22,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Tocantins
- Famílias beneficiadas: 884
- Principais serviços:
  - Produção de 884 unidades habitacionais;
  - Sistema de esgotamento sanitário por meio de fossa-sumidouro.

As famílias beneficiadas com a intervenção trabalham como quebradeiras de coco. Elas residem em área cujas moradias foram construídas com materiais inadequados, tais como taipa, adobe e palha, estando assim, expostas aos vetores transmissores de doenças. A infraestrutura compreende apenas a implantação de sistema de esgotamento sanitário, por meio de fossa-sumidouro, uma vez que a área já possui redes de abastecimento de água e energia elétrica. Também será realizada regularização fundiária para toda a área objeto da intervenção.

## NOVA THERESINA Teresina/PI

- Investimento: R\$ 15 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Piauí
- Famílias beneficiadas: 871
- Principais serviços:
  - Produção de 527 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, iluminação pública, drenagem, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: Campo de futebol e portal de entrada.

Intervenção em favelas no bairro Pedra Mole com a construção de 527 unidades habitacionais. O conjunto habitacional é denominado Residencial Nova Theresina, distante 16 Km do Centro da capital. As famílias beneficiadas residem em situações de precariedade tais como: áreas de risco, áreas irregulares e áreas agregadas em imóveis cedidos ou alugados. Todas as famílias beneficiadas possuem renda inferior a 01 salário mínimo.



## MIRANTE SANTA MARIA DA CODIPI

Teresina – PI

- Investimento: R\$ 15 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Piauí
- Famílias beneficiadas: 648
- Principais serviços:
  - Produção de 556 unidades habitacionais;
  - Aquisição de 92 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, iluminação pública, drenagem, pavimentação e obras viárias.

Urbanização de Assentamentos Precários, com construção de 556 unidades habitacionais, e aquisição de outras 92, no bairro Santa Maria da Codipi. O conjunto habitacional é chamado Mirante Santa Maria da Codipi, distante 16 Km do Centro de Teresina, e adjacente ao Residencial Jacinta Andrade, beneficiando 648 famílias. A população beneficiada é constituída por famílias de baixa renda, provenientes de diversos bairros da capital e/ou outros municípios que residem em imóveis alugados, ou agregados, com familiares e segmentos sociais mais vulneráveis.

## TERRA SANTA E LAGUNA

Curitiba/PR

- Investimento: R\$ 20,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Curitiba
- Famílias beneficiadas: 1.077
- Principais serviços:
  - Produção de 171 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 906 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Equipamentos comunitários: Centro comunitário e creche.

A intervenção beneficiará um total de 1.077 famílias, sendo 598 na Vila Terra Santa e 479 no Moradias Laguna. Na Vila Terra Santa, 171 famílias receberão unidades novas e as demais serão beneficiadas com melhorias habitacionais e instalações hidráulico-sanitárias. No Moradias Laguna, estão sendo reassentadas 479 famílias que encontravam-se em áreas de risco.





## **PROJETO VILA BAIRRO – 2ª E 3ª ETAPAS**

### **Teresina/PI**

- Investimento: R\$ 55,7 milhões
- Fonte: OGU e FAT
- Proponente: Prefeitura Municipal de Teresina
- Famílias beneficiadas: 1.858
- Principais serviços:
  - Produção de 1.858 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, iluminação pública, drenagem, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: Escola e 02 praças.

A intervenção tem por objetivo o reassentamento de 1.858 famílias que se encontram em áreas sujeitas a alagamento e/ou desmoronamentos, e serão assentadas em terrenos nas regiões Norte, Leste e Sul, dotados de infraestrutura mínima necessária, além de equipamentos comunitários.

## **GRANDE CAFETEIRA E RIACHO BACURI**

### **Imperatriz/MA**

- Investimento: R\$ 50,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Imperatriz
- Famílias beneficiadas: 3.130
- Principais serviços:
  - Produção de 1.259 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: Centro comunitário, escola, posto de saúde e posto policial.

O projeto resgatará a cidadania de uma grande parcela da população de Imperatriz, uma vez que lhe proporcionará moradia digna, em área urbanizada, em imóvel próprio com titularidade. As intervenções na Favela Grande Cafeteira e Bacuri canalizarão o trecho superior do riacho solucionando o problema de inundações e seus males. Serão remanejadas 841 famílias proporcionando moradia urbana digna. O empreendimento solucionará o drama do suprimento de água potável e resolverá o problema do esgo-

tamento sanitário. Da mesma forma, serão reassentadas 400 famílias que habitam em condições indignas na foz do Rio Bacuri, para uma área urbanizada, será canalizado trecho inferior do riacho e efetuada urbanização das suas margens, impedindo, de forma definitiva, a ocupação irregular desse espaço.

## **COMUNIDADE PRATINHA**

### **Belém/PA**

- Investimento: R\$ 28,9 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Pará
- Famílias beneficiadas: 1.645
- Principais serviços:
  - Produção de 350 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 305 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, obras viárias e drenagem pluvial;
  - Equipamentos comunitários: Centro comunitário, praças e quadras de esportes.

Este empreendimento envolve a urbanização e melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precariamente instalados próximos à expansão de equipamentos públicos, ou em áreas entre corredores viários principais, beneficiando 1.645 famílias.

## **SANTA LUZIA E SENADOR HÉLIO CAMPOS**

### **Boa Vista/RR**

- Investimento: R\$ 23,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Boa Vista
- Famílias beneficiadas: 2.930
- Principais serviços:
  - Melhoria de 1.343 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo esgotamento sanitário com implantação de duas estações elevatórias, pavimentação, obras viárias e drenagem pluvial.

A intervenção beneficia 2.930 famílias que estão em

área de expansão urbana, desprovida de infraestrutura básica, e próxima à lagoa que surge no período chuvoso causando transtornos e instabilidade às moradias.

## **COMUNIDADE FÉ EM DEUS** **Belém/PA**

- Investimento: R\$ 19,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Pará
- Famílias beneficiadas: 1.689
- Principais serviços:
  - Produção de 200 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 132 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de energia elétrica,

iluminação pública, pavimentação, obras viárias e drenagem pluvial;

- Construção de 04 Praças públicas.

## **BAIRRO MONTE CASTELO** **Patos/PB**

- Investimento: R\$ 11 milhões
- Fonte: FNHIS
- Proponente: Prefeitura Municipal de Patos
- Famílias beneficiadas: 2.952
- Principais serviços:
  - Produção de 221 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

EM  
EXECUÇÃO





## Obras com articulação e integração no território

### RIBEIRÃO ARRUDAS

#### Belo Horizonte e Contagem/MG

- Investimento: R\$ 241,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado de Minas Gerais
- Famílias beneficiadas: 16.600
- Principais serviços:
  - Produção de 672 unidades habitacionais;
  - Aquisição de 285 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de

água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

Urbanização integrada em trechos do vale do Ribeirão Arrudas, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem, com a ampliação da avenida Teresa Cristina em aproximadamente 2,7 km, incluindo nesse trecho a implantação de viadutos e pontes. Além a obra viária, serão executadas obras de infraestrutura aliadas a produção e aquisição de unidades habitacionais beneficiando 16.600 famílias.



## BACIA DO MARANGUAPINHO

### Fortaleza/CE

- Investimento: R\$ 229,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Ceará
- Famílias beneficiadas: 4.763
- Principais serviços:
  - Produção de 4.763 unidades habitacionais;
  - Construção de lago para controle de cheias;
  - Recuperação de áreas degradadas ao longo da bacia do rio Maranguapinho.

O rio Maranguapinho nasce na Serra de Maranguape e desemboca no rio Ceará, a 26km, no sudoeste da cidade de Fortaleza. A área da bacia do rio Maranguapinho tem cerca de 6.571,53 hectares e abrange, além do município de Maranguape, os municípios de Maracanaú, Caucaia e Fortaleza. Neste último, a bacia hidrográfica do rio Maranguapinho sofre com a poluição. Principalmente devido à ocupação de suas margens por populações de baixa renda, que ali despejam seus resíduos. O projeto objetiva a remoção de 4.763 famílias para conjuntos habitacionais dotados de infra-estrutura e serviços públicos, a construção de um lago para controle de cheias, recuperação ambiental desta faixa da bacia do Maranguapinho, urbanização das áreas ao longo das margens deste trecho do rio, realização de trabalho técnico social e regularização fundiária em benefício das famílias removidas.



## QUILOMBOLAS E FAMÍLIAS DOS MUNICÍPIOS DE LIZARDA, MATEIROS, SÃO FÉLIX E PONTE ALTA

### Lizarda – Mateiros – São Félix – Ponte Alta/TO

- Investimento: R\$ 22,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Tocantins
- Famílias beneficiadas: 347
- Principais serviços:
  - Produção de 347 unidades habitacionais.

A intervenção tem por objetivo o reassentamento de famílias localizadas em áreas de preservação permanente, em lotes irregulares com ocupações impróprias, em situações insalubres e em unidades construídas de forma inadequada. Serão construídas 347 unidades habitacionais, pulverizadas em quatro municípios, na área denominada Jalapão.





## BAIRRO FLORESTA

### Rio Acre/AC

- Investimento: R\$ 15,4 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Acre
- Famílias beneficiadas: 500
- Principais serviços:
  - Produção de 500 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: 06 Praças com quadras de areia e parque infantil.

A intervenção tem por objetivo a redução do déficit habitacional de Rio Branco e a remoção de famílias em situação de risco. Serão produzidas 500 unidades habitacionais, dentre as quais 175 visando a redução do déficit habitacional e 325 para reassentamento das famílias que vivem em situação de risco.

## BAIRROS VILA VERDE, VILA MINEIRA, PARQUE SÃO JORGE, JARDIM IPANEMA, CIDADE ALTA, CIDADE NATAL E NÚCLEO DE HAB PARTICIPAÇÃO

### Rondonópolis/MT

- Investimento: R\$ 6,1 milhões
- Fonte: FAT
- Proponente: Prefeitura Municipal de Rondonópolis
- Famílias beneficiadas: 3.262
- Principais serviços:
  - Equipamentos comunitários: 02 Escolas, 03 creches, construção, reforma e ampliação de complexo esportivo, e 04 quadras poliesportivas cobertas;
  - Pavimentação e obras viárias em 5.034 m<sup>2</sup>.



## Obras para recuperação de áreas ambientalmente degradadas



### VIA MANGUE Recife – PE

- Investimento: R\$ 173,4 milhões
- Fonte: OGU e FAT
- Proponente: Prefeitura Municipal de Recife
- Famílias beneficiadas: 15.400
- Principais serviços:
  - Produção de 992 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

A intervenção beneficiará 15.400 famílias com a implantação do primeiro trecho da Via Mangue, cuja extensão aproximada é de 3 km. Para tanto, será necessário o reassentamento de 992 famílias que residem em áreas de palafitas, localizadas onde a via será construída. Estão também previstos investimentos em mobilidade urbana, inclusão social, regularização fundiária, recuperação de áreas degradadas, construção, ampliação e substituição de redes coletoras de esgoto, ligações domiciliares de esgoto, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto.



EM  
EXECUÇÃO



## BILLINGS GUARAPIRANGA

### São Paulo/SP

- Investimento: R\$ 874,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado de São Paulo
- Famílias beneficiadas: 44.343
- Principais serviços:
  - Produção de 5.340 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 1.840 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

A urbanização integrada de favelas no entorno das represas Billings e Guarapiranga, localizadas na região sul do município de São Paulo, atenderá 45 áreas através da recuperação de áreas degradadas no entorno dos mananciais, com a implantação de sistema de esgotamento sanitário, redes elevatórias e coletores tronco beneficiando 44.343 famílias. Além disso, serão construídas 5.340 unidades habitacionais. As famílias beneficiadas encontram-se em áreas sujeitas a fatores de risco e insalubridade, tais como: a inexistência de rampas ou escadas adequadas para utilização de pedestres, ausência de um sistema de abastecimento de água, esgoto e coleta de resíduo que atenda a 100% da população e a degradação ambiental.







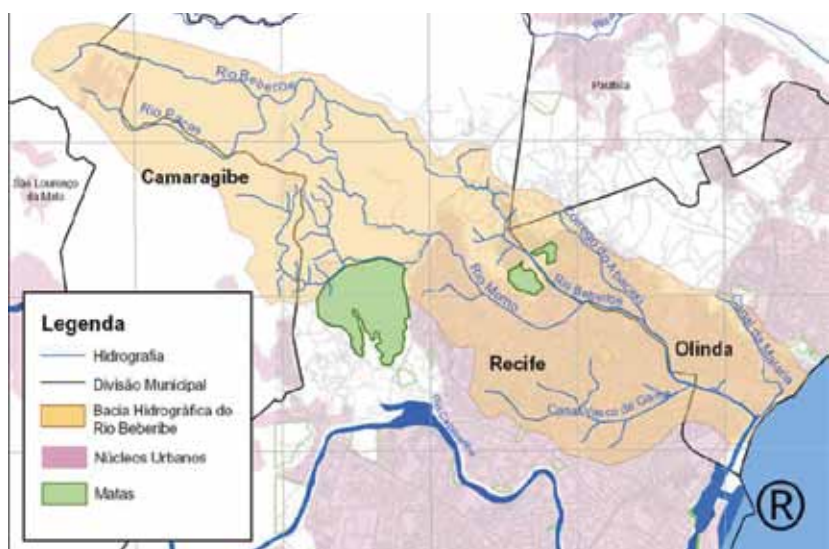


## BACIA DO BEBERIBE

### Recife e Olinda/PE

- Investimento: R\$ 527,5 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura Municipal de Recife e Prefeitura Municipal de Olinda
- Famílias beneficiadas: 55.177
- Principais serviços:
  - Produção de 5.123 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 1.038 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas: 163.730,91 m<sup>2</sup>;
  - Equipamentos comunitários;
  - Dragagem de parte do rio Beberibe: 732.048 m<sup>3</sup>.

A intervenção atende às famílias que vivem em situação precária, de saneamento e habitação, às margens do rio Rio Beberibe. Elas serão contempladas com obras estruturadoras de saneamento integrado, que contemplam execução de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, recuperação de áreas degradadas, pavimentação, drenagem, construção de 5.123 moradias, equipamentos comunitários, melhorias habitacionais, educação ambiental, revitalização e desassoreamento do Rio Beberibe, totalizando 55.177 famílias beneficiadas.





## MACIÇO MORRO DA CRUZ

### Florianópolis/SC

- Investimento: R\$ 70,7 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Florianópolis
- Famílias beneficiadas: 5.677
- Principais serviços:
  - Produção de 438 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 414 unidades habitacionais;
  - Pavimentação e obras viárias em 54.333 m<sup>2</sup>;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Proteção, contenção e estabilização de solos em 14.097 m<sup>2</sup>;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Implantação de coleta e destinação final de resíduos sólidos para as comunidades;
  - Equipamentos comunitários: Construção de parque, galpão comunitário para triagem de recicláveis e quadras esportivas.

A urbanização integrada do Maciço do Morro da Cruz envolve 16 comunidades beneficiando 5.677 famílias e compreenderá o reassentamento de 438 famílias que vivem em áreas de risco, 414 melhorias habitacionais, contenção de encostas, redes de água e esgoto, a implantação de um parque e a recuperação de áreas degradadas. Para promover uma melhor acessibilidade dos moradores, será implantado o transporte vertical e remodelada a infraestrutura viária.





## RESIDENCIAL BUENA VISTA E ORLANDO MORAIS Goiânia/GO

- Investimento: R\$ 60,7 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Goiânia
- Famílias beneficiadas: 2.058
- Principais serviços:
  - Produção de 2.058 unidades habitacionais;
  - Equipamentos comunitários: Creche, escola e posto de saúde;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, pavimentação e obras viárias.

A intervenção visa à melhoria das condições de habitabilidade para 2.058 famílias que residem, de forma irregular e desordenada, em áreas públicas localizadas às margens de córregos, em fundos de vale, e em áreas de preservação permanente, estando sujeitas a fatores de risco, insalubridade e degradação ambiental.



## IGARAPÉ TABOQUINHA Belém – PA

- Investimento: R\$ 57,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Pará
- Famílias beneficiadas: 1.862
- Principais serviços:
  - Produção de 978 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 100 unidades habitacionais;
  - Pavimentação e obras viárias em 62.264 m²;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário,

redes de energia elétrica e iluminação pública;

- Equipamentos comunitários: Centro comunitário, praças e quadras de esporte.

A intervenção promoverá a remoção das famílias residentes na área de preservação permanente que está em estado de degradação, e com risco de alagamento, no entorno do Igarapé Taboquinha. Serão construídas 978 unidades habitacionais, infraestrutura compreendendo redes de esgoto sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, sistema viário, drenagem pluvial e implantação de equipamentos de apoio social e de lazer, beneficiando 1.862 famílias.





## **SURURU DO CAPOTE** **Maceió/AL**

- Investimento: R\$ 35,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado de Alagoas
- Famílias beneficiadas: 1.181
- Principais serviços:
  - Produção de 1.181 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias.

O empreendimento consiste na erradicação da favela do Sururu do Capote, localizada na orla lagunar, e urbanização desta com reassentamento das famílias em áreas contíguas identificadas como Vila São Pedro I, II, III, IV e V e área de reassentamento do Santa Maria. O projeto prevê a realocação dos moradores da favela em unidades habitacionais verticalizadas na Vila São Pedro, e unidades horizontais na área de Santa Maria, perfazendo um total de 1.181. As famílias a serem beneficiadas estão em áreas sujeitas a grande insalubridade e impõe a orla lagunar sua degradação ambiental, face ao lançamento de esgotos domésticos, acúmulo de resíduos sólidos e assoreamento da lagoa.

## **BACIA DOS CÓRREGOS CABAÇA E SEGREDO** **Campo Grande/MS**

- Investimento: R\$ 33,3 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Campo Grande
- Famílias beneficiadas: 1.518
- Principais serviços:
  - Produção de 574 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários: Parque linear, quadras de esporte, centro de triagem de recicláveis, viveiro de mudas e centro de educação ambiental.



EM  
EXECUÇÃO



## **VILA DO MAR**

### **Fortaleza/CE**

- Investimento: R\$ 90,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Famílias beneficiadas: 5.034
- Principais serviços:
  - Produção de 1.434 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 790 unidades habitacionais;
  - Pavimentação e obras viárias em 5.034 m²;
  - Urbanização da orla;
  - Equipamentos comunitários.

Um dos principais investimentos em benefício do município de Fortaleza é o projeto Vila do Mar. A intervenção abrange as áreas Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. Estão sendo construídas 1.434 unidades habitacionais para o reassentamento das famílias que vivem em área de risco. Também serão recuperadas áreas de preservação irregularmente ocupadas na costa oeste de Fortaleza. Além disso, será realizada construção de equipamentos comunitários, urbanização da orla, pavimentação com obras viárias e regularização fundiária para 5.034 unidades. A ação está permitindo a promoção do ordenamento territorial da área, elevando os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias beneficiadas.

## **FÁTIMA BAIXO**

### **Caxias do Sul/RS**

- Investimento: R\$ 41 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul
- Famílias beneficiadas: 2.546
- Principais serviços:
  - Produção de 346 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários.

A intervenção prevê a produção de 346 unidades habitacionais e lotes urbanizados com infraestrutura compreendida por macro-drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, rede de energia elétrica, iluminação pública e implantação de sistema viário. Serão objeto de remoção as casas localizadas sobre a faixa de domínio da rodovia RS122, da rua Mário Lopes e sobre o canal de esgoto Valão do Bragas, onde as famílias estão sujeitas a constantes alagamentos e expostas a contínua situação de insalubridade e risco. Total de 2.546 famílias beneficiadas.

## **IGARAPÉS: TANQUES, PENA, TANCREDO NEVES E PANTANAL**

### **Porto Velho/RO**

- Investimento: R\$ 37,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Porto Velho
- Famílias beneficiadas: 2.668
- Principais serviços:
  - Produção de 368 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo:

drenagem pluvial, pavimentação, obras viárias e construção de parque infantil.

Construção de 368 novas unidades habitacionais e urbanização beneficiando 2.668 famílias que residem em áreas de risco, próximas às margens de vários igarapés, consideradas áreas de preservação permanente, sem infraestrutura básica.

## **SANTA BÁRBARA**

### **Porto Velho/RO**

- Investimento: R\$ 36,5 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Porto Velho
- Famílias beneficiadas: 2.056
- Principais serviços:
  - Produção de 528 unidades habitacionais;
  - Construção de parque infantil.

A ação promoverá a remoção de famílias que ocupam áreas de preservação permanente, às margens do Igarapé Santa Bárbara, também caracterizadas como de risco para moradia, e desprovidas de infraestrutura básica. Serão construídas 384 novas unidades habitacionais e será recuperada a área degradada, beneficiando 2.056 famílias.

## **ARROIO KRUSE**

### **São Leopoldo/RS**

- Investimento: R\$ 31,7 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de São Leopoldo
- Famílias beneficiadas: 1.378
- Principais serviços:
  - Produção de 594 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Equipamentos comunitários: Centros comunitários, praças e quadras poliesportivas.

A intervenção tem por objetivo recuperar o Arroio Kruse e garantir moradia digna para as famílias que atualmente ocupam, de forma irregular, e com risco, as suas margens. Serão construídas 594 unidades habitacionais e será implantada infraestrutura básica, incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação, drenagem pluvial e recuperação das áreas degradadas da bacia do arroio Kruse, beneficiando 1.378 famílias.

## **BACIA DO SÃO RAIMUNDO**

### **Manaus/AM**

- Investimento: R\$ 10,9 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Manaus
- Famílias beneficiadas: 991
- Principais serviços:
  - Produção de 140 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo drenagem pluvial e recuperação de áreas degradadas.

A população beneficiária vive em área de proteção permanente do Igarapé do Mindú, desprovida de infraestrutura, morando em palafitas situadas em ocupações impróprias e insalubres. A área de reassentamento é localizada na Zona Norte da cidade, onde serão produzidas 140 Unidades Habitacionais em bairros já urbanizados e povoados, com execução de melhorias no sistema viário, nas redes de instalação elétrica, nas redes de abastecimento de água e na recuperação ambiental do local, beneficiando 991 famílias.

## **IGARAPÉ DA LIBERDADE**

### **Manacapuru/AM**

- Investimento: R\$ 10,9 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Manacapuru
- Famílias beneficiadas: 980
- Principais serviços:
  - Produção de 160 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, pavimentação, obras viárias e recuperação de áreas degradadas.

Ação de urbanização na área do Canal da Liberdade, que sofre influência direta da cheia de rios, melhorando as condições de moradias para habitantes de palafitas e beneficiando 980 famílias. O empreendimento contará com a construção de 05 blocos, totalizando 160 unidades habitacionais, obras de urbanização envolvendo a recuperação ambiental de áreas degradadas e implantação de infraestrutura.



## GUARITUBA Piraquara/PR

- Investimento: R\$ 98,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Piraquara
- Famílias beneficiadas: 8.890
- Principais serviços:
  - Produção de 803 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo drenagem pluvial, rede de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Equipamentos comunitários.

Área de manancial do sistema de abastecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, com ocupação inadequada de onde serão realocadas 803 famílias que se encontram em áreas de risco, áreas sujeitas a alagamento e ambientalmente frágeis ou protegidas. As demais famílias que se encontram em áreas com deficiência de infraestrutura serão beneficiadas por ações integradas de urbanização, que incluem: rede de drenagem pluvial, rede de energia elétrica, pavimentação das vias principais e secundárias, além de equipamentos comunitários.



EM  
EXECUÇÃO



## **ARROIO BARNABÉ**

### **Gravataí/RS**

- Investimento: R\$ 38,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Gravataí
- Famílias beneficiadas: 2.601
- Principais serviços:
  - Produção de 496 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de áreas degradadas;
  - Equipamentos comunitários: Construção de praças e posto de saúde.



## Obras de apoio a expansão de infraestrutura logística do país

### SANTA MARIA Aracaju/SE

- Investimento: R\$ 68,8 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Prefeitura Municipal de Aracaju
- Famílias beneficiadas: 7.508
- Principais serviços:
  - Produção de 1.404 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem in-

cluindo micro e macro drenagem de conjuntos habitacionais, pavimentação e obras viárias.

A intervenção tem por objetivo a requalificação urbanística e ambiental de área precária, com o reassentamento das famílias ocupantes da faixa do canal Santa Maria, de domínio do gasoduto da Petrobrás, e encostas do Morro do Avião.



## **VILA DIQUE E VILA NAZARÉ**

### **Porto Alegre/RS**

- Investimento: R\$ 90,5 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- Famílias beneficiadas: 2.676
- Principais serviços:
  - Produção de 2.676 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, rede

de energia elétrica, iluminação pública, pavimentação e obras viárias;

- Centro comunitário.

A intervenção tem por objetivo a construção de 2.676 unidades habitacionais e obras de infraestrutura que atenderão as famílias a serem removidas das proximidades do Aeroporto Internacional Salgado Filho, possibilitando assim, a ampliação da pista de pouso e decolagem.





## **LINHA FÉRREA ARAXÁ**

### **Campina Grande/PB**

- Investimento: R\$ 31,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Campina Grande
- Famílias beneficiadas: 2.473
- Principais serviços:
  - Produção de 460 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial;

- Pavimentação e obras viárias em 15.175 m<sup>2</sup>;
- Equipamentos comunitários: Campo de futebol, quadra de areia, centro comercial e escola;
- Obras de contenção em 2.019 m<sup>2</sup>.

A intervenção beneficia 2.473 famílias que habitam às margens da Linha Férrea, dentro da faixa de domínio da União, e que serão reassentadas com a produção de 460 unidades habitacionais aliadas a obras de infraestrutura e equipamentos comunitários.



## Obras em patrimônio da União

### MARGEM ESQUERDA DO RIO ANIL São Luiz/MA

- Investimento: R\$ 288,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Governo do Estado do Maranhão
- Famílias beneficiadas: 10.220
- Principais serviços:
  - Produção de 2.720 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 7.500 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: drenagem, pavimentação e obras viárias;
  - Construção de via margeando toda a área de intervenção;
  - Recuperação de áreas degradadas.

Projeto com proposta de resgate de vida da comunidade de Ribeirinha, localizada à Margem esquerda do Rio Anil.

Trata-se de grande obra de inclusão social, implantada em 15 bairros, de Camboa a Alemanha, cuja área de intervenção encontra-se próxima ao centro histórico, comercial e administrativo da capital Maranhense. As áreas são sujeitas a inundação periódica pelas marés e tem sido gradativamente ocupadas pelas populações carentes, na forma de palafitas e outras sub-moradias. A maioria é proveniente de áreas quilombolas de Alcântara e dos municípios da Baixada Maranhense, que caracteriza, segundo o IBGE, o maior quilombo urbano da América Latina com uma renda familiar inferior a um salário mínimo. Compõem o escopo do projeto a necessidade de desapropriação/indenização de benfeitorias de imóveis, regularização fundiária e realização de trabalho técnico-social em toda área de intervenção.





## **COLÔNIA JULIANO MOREIRA**

### **Rio de Janeiro/RJ**

- Investimento: R\$ 142 milhões
- Fonte: OGU e FGTS
- Proponente: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
- Famílias beneficiadas: 6.200
- Principais serviços:
  - Produção de 480 unidades habitacionais;
  - Aquisição assistida de 287 unidades habitacionais;
  - Construção de 21 equipamentos comunitários;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial incluindo retificação de rios, pavimentação e obras viárias;
  - Recuperação de 41k m<sup>2</sup> de áreas degradadas.

A Colônia Juliano Moreira é uma área ocupada por prédios históricos, institucionais, favelas, edificações residenciais e áreas de preservação. A intervenção prevê a urbanização de todas as favelas existentes, pavimentação de vias estruturais, canalização de rios, construção de vila para idosos, restauração de parte do conjunto histórico, implantação de museu, execução da regularização fundiária, realização de projeto social em toda a área e construção de 600 unidades habitacionais. No total, serão beneficiadas 6.200 famílias. A conclusão da infraestrutura do projeto permitirá que, no futuro, as demais áreas, não habitadas atualmente, sirvam para reduzir o déficit habitacional com a implantação de novos projetos.



## **Complementação de obras já iniciadas**

### **AGLOMERADO MORRO DAS PEDRAS E PEDREIRA PRADO LOPES**

#### **Belo Horizonte/MG**

- Investimento: R\$ 162,3 milhões
- Fonte: FGTS e FAT
- Proponente: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
- Famílias beneficiadas: 7.000
- Principais serviços:
  - Produção de 1.117 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

A intervenção contempla a urbanização em duas áreas distintas, quais sejam:

**Aglomerado Morro das Pedras:** Localizado na região oeste da cidade, cujo tempo médio de ocupação é de 80 anos, beneficiará 5.100 famílias, com implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, obras viárias, pavimentação, praças e produção de 736 unidades habitacionais.

**Pedreira Prado Lopes:** Localizada na região noroeste da cidade, cujo tempo médio de ocupação é de mais de 100 anos, beneficiará 1.900 famílias, com implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, obras viárias, pavimentação, praças e produção 381 unidades habitacionais.



EM  
EXECUÇÃO

## VILA DA BARCA – 3ª ETAPA

### Belém/PA

- Investimento: R\$ 51,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Belém
- Famílias beneficiadas: 5.574
- Principais serviços:
  - Produção de 406 unidades habitacionais;
  - Pavimentação e obras viárias em 31.250,11 m²;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica e iluminação pública;
  - Equipamentos comunitários: Centro comunitário, praças e quadras de esporte.

A comunidade de Vila da Barca está localizada nas margens do Rio Guamá, no bairro do Telégrafo, entre a Baía do Guajará e Avenida Pedro Álvares Cabral, com predominância de moradias construídas originalmente em madeira, e constitui-se na maior concentração de palafitas do município de Belém. A intervenção é uma continuação de duas etapas anteriores, estando contemplada nesta remoção de mais um grupo de palafitas e moradias localizadas em áreas de risco de alagamento com construção de novas unidades habitacionais, beneficiando 5.574 famílias, bem com a continuidade da infraestrutura pública, de forma a mitigar os passivos e problemas ambientais, de saúde pública e opções de geração de renda para a comunidade.



EM  
EXECUÇÃO



## FAVELA MARAVILHA

### Fortaleza/CE

- Investimento: R\$ 32,4 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Famílias beneficiadas: 606
- Principais serviços:
  - Produção de 606 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: esgotamento sanitário, pavimentação e obras viárias;
  - Equipamentos comunitários.

A intervenção da favela Maravilha é composta por 606 novas moradias destinadas aos moradores da beira do rio Tauape, além do benefício para toda a comunidade através de equipamentos esportivos e de lazer, urbanização do Canal do Tauape, infraestrutura com abastecimento da água, esgotamento sanitário, drenagem, passarela de acesso ao outro lado da BR-116, pavimentação, regularização fundiária e recuperação de áreas degradadas.



## VILA PELÉ II

### Santos/SP

- Investimento: R\$ 22 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Santos
- Famílias beneficiadas: 685
- Principais serviços:
  - Produção de 480 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 185 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo:

abastecimento de água, esgotamento sanitário, redes de energia elétrica, drenagem, pavimentação e obras viárias.

A intervenção visa a retirada das famílias moradoras do canal da Vila Gilda, em áreas de risco, com o reassentamento de 480 famílias em novas unidades, consolidação de 185 famílias com a implantação de infraestrutura compreendendo redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário; pavimentação e obras viárias, drenagem, recuperação de áreas degradadas e trabalho social.

## **VILA RÃ, SOSSEGO E AREIÃO** **Guarujá/SP**

- Investimento: R\$ 15 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Guarujá
- Famílias beneficiadas: 809
- Principais serviços:
  - Produção de 305 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo:

abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias.

Trata-se da urbanização das áreas situadas no Parque Enseada, compreendendo obras de infraestrutura, habitação, ações de regularização fundiária e trabalho de participação comunitária. A intervenção é bastante complexa em função do alto grau de adensamento, com as habitações distribuídas de forma desordenada, em condições insalubres e em áreas sujeitas à inundações. Em alguns trechos são formados bolsões internos praticamente impenetráveis, privando a população local de serviços urbanos essenciais. Haverá remoção de famílias para abertura do sistema viário, sendo estas realocadas dentro do próprio núcleo, evitando-se desta forma quebrar os vínculos de vizinhança e emprego. Outra característica importante

é o forte trabalho de participação comunitária, envolvendo toda a comunidade em todas as fases das obras, e com ações de educação ambiental e sanitária, além de trabalho de geração de renda, beneficiando ao total 809 famílias.

## **JÓQUEI E BAIRRO CIDADÃO** **São Vicente/SP**

- Investimento: R\$ 19,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de São Vicente
- Famílias beneficiadas: 982
- Principais serviços:
  - Produção de 368 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias.

Reassentamento de 368 famílias que hoje moram em área de risco, próximo a aterro sanitário, e urbanização para 614 famílias que receberão implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e obras viárias, drenagem, recuperação de áreas degradadas e trabalho social.





## BAIRRO NOVO HORIZONTE

### Serra/ES

- Investimento: R\$ 13,2 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Serra
- Famílias beneficiadas: 324
- Principais serviços:
  - Produção de 324 unidades habitacionais;
  - Construção de Centro de educação infantil;
  - Construção de muro divisório com área total de 3.726 m<sup>2</sup>;
  - Infraestrutura compreendendo: esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias;
  - Plantio de 15.730 árvores objetivando a recuperação de áreas degradadas.

O Projeto Novo Horizonte II é a segunda etapa da intervenção iniciada com o Programa Habitar Brasil BID no bairro

de mesmo nome. O projeto visa dar qualidade de vida às famílias, através de ações integradas de urbanização, de trabalho social e recuperação das áreas degradadas, solucionando quatro situações de extrema precariedade habitacional e social: o cortiço UNAED, as ocupações na área de preservação do Valão do Jacaré, as ocupações nas franjas do Tabuleiro e ruas próximas ao córrego Mangueiros. Além disso, promoverá a retirada das famílias, transferindo-as para um conjunto habitacional dotado de infraestrutura e equipamentos urbanos. Os títulos dos imóveis serão entregues aos beneficiários e o trabalho social objetiva a inclusão social e a elevação do patamar de cidadania, através de mobilização e organização comunitárias, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. As áreas de risco serão urbanizadas e protegidas, assim como haverá ações de recuperação das áreas degradadas, visando dar qualidade de vida às famílias que permanecerão no local.



## ÁFRICA – 1ª E 2ª ETAPAS

### Natal/RN

- Investimento: R\$ 12,8 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Natal
- Famílias beneficiadas: 1.108
- Principais serviços:
  - Produção de 199 unidades habitacionais;
  - Melhoria de 353 unidades habitacionais;
  - Infraestrutura urbana compreendendo: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e obras viárias;

- Equipamentos comunitários: Centro comunitário, posto de saúde, creche, escola, 02 quadras poliesportivas e 03 centros de atividades econômicas.

A área objeto da intervenção está localizada às margens do rio Doce. Uma fração dessa área, habitada irregularmente, é classificada como área de preservação ambiental. As famílias inseridas nessa área serão reassentadas em área adjacente, e as demais serão beneficiadas com obras de urbanização. A área é ocupada por 1.045 famílias, das quais 71% está abaixo da linha de pobreza.



### DOM JOÃO BATISTA – POLIGONAL II Vila Velha/ES

- Investimento: R\$ 8,1 milhões
- Fonte: OGU
- Proponente: Prefeitura Municipal de Vila Velha
- Famílias beneficiadas: 430
- Principais serviços:
  - Produção de 145 unidades habitacionais;
  - Contenção, enrocamentos e estabilização de solos em 4.472 m²;
  - Infraestrutura compreendendo: esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias.

O bairro D. João Batista e adjacências, situado às margens do rio Aribiri, está em uma região sujeita a alagamentos devido a baixa altitude, e em trechos de encostas,

sendo ocupado por habitações irregulares. Tal situação só começou a ser modificada a partir dos Projetos de Urbanização Integrada, primeiro com o Projeto Habitar BID, 1ª etapa da intervenção, e agora com os Projetos Prioritários de Investimento do PAC, 2ª etapa da intervenção. O bairro ainda apresenta problemas de enchentes e deslizamentos resultantes da sua localização geográfica contígua à planície litorânea, com extensos manguezais, onde também se encontra a Reserva Biológica do Parque Municipal da Manteigueira, que tem sofrido os impactos da ocupação irregular no entorno. Tais problemas serão sanados na 2ª etapa do empreendimento, atendendo à 430 famílias no total.















# **PAC** **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**



Secretaria Nacional  
de Habitação

Ministério  
das Cidades

